



Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2021

Protocolo nº 0012184-77.2021.8.16.6000

TIPO: MENOR PREÇO (MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO)
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA EM OBRAS DE REPAROS, ADEQUAÇÕES E MELHORIAS EM UNIDADES DO PODER JUDICIÁRIO INSTALADAS NAS COMARCAS COMPONENTES DA REGIONAL DE PONTA GROSSA

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná torna público aos interessados que realizará licitação, cuja sessão ocorrerá no dia, horário e local abaixo:

DATA INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	10/06/2021
DATA LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	24/06/2021 às 13:30 horas (Horário de Brasília – DF)
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS	24/06/2021 às 13:30 horas (Horário de Brasília – DF) ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data
INÍCIO DA FASE DE LANCES:	24/06/2021 às 14:00 horas (Horário de Brasília – DF)

LOCAL: o local de recebimento das propostas e documentos de habilitação se dará exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <http://www.licitacoes-e.com.br>, conforme datas e horários definidos acima.

PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO: até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da licitação.

O edital, as especificações e os projetos estarão disponíveis gratuitamente às interessadas nos sites www.tjpr.jus.br/editais e www.licitacoes-e.com.br ou, ainda, pelo endereço eletrônico licit@tjpr.jus.br.

Horário de atendimento: das 12:00 (doze) às 18:00 (dezoito) horas dos dias úteis.

Telefones: (41) 3250-6541 ou (41) 3250-6542.

Responsáveis pelos esclarecimentos: Pregoeiro Marco Antonio Santos; Chefe da Divisão de Engenharia do Departamento de Engenharia e Arquitetura, servidor Cristiano Moreira Ferreira; Consultor Jurídico Fernanda Ghellere.

CAPÍTULO 1 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. O presente edital será regido pela Lei Estadual nº 15.608/2007, pela legislação nacional sobre normas gerais de licitação, Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, assim como pela Lei Complementar nº 123/2006 e legislação correlata.

CAPÍTULO 2 - DO OBJETO

2.1. O certame licitatório tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA DE REPAROS, ADEQUAÇÕES E MELHORIAS EM UNIDADES DO PODER JUDICIÁRIO INSTALADAS NAS COMARCAS COMPONENTES DA REGIONAL DE PONTA GROSSA**, conforme critérios, especificações e relação de Comarcas constantes em anexo a este Edital.

CAPÍTULO 3 – DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Por força do disposto no artigo 27, inciso XXI, da Constituição do Estado do Paraná, o preço máximo global deste certame está fixado em **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)**, conforme Anexo.

3.2. A despesa decorrente da contratação ficará à conta da dotação orçamentária do FUNREJUS, do exercício de 2021, estando o valor bloqueado por meio dos elementos 3.3.90.39.16 – denominada Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

CAPÍTULO 4 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer cidadão ou licitante poderá apresentar impugnação aos termos do edital ou solicitar esclarecimentos até dois dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, a qual será julgada em até um dia útil. Decairá do direito de impugnar a licitante que não observar o prazo fixado e quaisquer outras manifestações formais subsequentes ao prazo serão recebidas como pedidos de esclarecimentos.

4.2. Eventuais impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser formulados por escrito e encaminhados ao endereço eletrônico licit@tjpr.jus.br com a indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa e seu telefone, no horário das 12:00 (doze) às 18:00 (dezoito) horas dos dias úteis.

4.3. As respostas aos esclarecimentos e impugnações integrarão o edital e estarão disponíveis nos sites www.tjpr.jus.br/editais e www.licitacoes-e.com.br.

4.3.1. Orientamos a interessada a efetuar o download do edital no site www.tjpr.jus.br/editais para obter aviso automático de todas as atualizações.

CAPÍTULO 5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1. A licitante deverá estar previamente credenciada no sistema de licitações do Banco do Brasil S.A. e dispor de chave de identificação e senha, sendo esta de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo ao Tribunal de Justiça responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido do sistema, ainda que por terceiros.

5.1.1. Demais informações poderão ser obtidas diretamente no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou pelos telefones 4004-0001 – capitais e regiões metropolitanas ou 0800-729-0001 – demais localidades.

5.2. O credenciamento perante o provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão.

5.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente pela licitante ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

5.4. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e documentos, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

CAPÍTULO 6 – DA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste certame as empresas regularmente estabelecidas no País, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

6.2. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de empresas:

- a) Com seus cadastros suspensos ou cancelados e/ou que tenham sido declaradas na forma do inciso V do artigo 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
- b) Punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça, na forma do inciso III do artigo 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007, enquanto durar a penalidade;
- c) Punidas com a sanção prevista na letra anterior (b), durante o prazo de vigência de igual sanção imposto por órgão ou entidades do Estado do Paraná, nos termos do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
- d) Impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná, conforme artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002;
- e) Punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça, na forma do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, enquanto durar a penalidade;
- f) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- g) Constituídas sob a forma de consórcio.
- h) Ou sociedades estrangeiras que não funcionem regularmente no país.

6.2.1. Não poderão participar, ainda, direta ou indiretamente, os interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 16 da Lei Estadual nº 15.608/2007 e quem estiver condenado por improbidade administrativa nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3. Para participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório. Caso a manifestação se mostre inverídica, a licitante será desclassificada ou inabilitada e ficará sujeita às sanções previstas neste edital e nos artigos 150 e seguintes do Capítulo V da Lei Estadual nº 15.608/2007.

6.4. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que se identificarem como ME ou EPP no campo apropriado do sistema.

6.4.1. É de responsabilidade exclusiva da licitante o seu correto enquadramento como ME ou EPP no sistema eletrônico.

CAPÍTULO 7 – DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS E JUNTADA DE DOCUMENTOS

7.1. O cadastro da proposta no sistema licitações-e deverá ser feito no “Menu Opções da Licitação”, opção “Oferecer Proposta”, contendo:

a) o valor proposto, resultante da aplicação de percentual de desconto ofertado sobre o valor máximo previsto no Capítulo 3 deste Edital, cotado em moeda nacional com no máximo duas casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00).

a.1) Considerando que o critério de julgamento do presente pregão é o menor preço/maior percentual de desconto, o desconto a ser ofertado pelas licitantes deve observar o máximo de duas casas decimais após a vírgula (0,00%), a fim de se evitar incongruências quando da aplicação do desconto e/ou divergências caso necessário o arredondamento dos preços.

7.1.1. O valor final das ofertas somente será utilizado para fins de cálculo do percentual de desconto ofertado, permanecendo o valor máximo da ata conforme previsto no Capítulo 3 deste Edital.

7.1.2. Não haverá necessidade de apresentação de valor unitário para cada item da planilha de serviços/equipamentos em anexo, uma vez que do valor proposto pela licitante será extraído o respectivo percentual de desconto em relação ao valor máximo da Ata, o qual definirá a proposta mais vantajosa para o objeto deste certame, e será aplicado linearmente para todos os itens do mencionado Anexo, quando de cada contratação eventualmente efetivada.

7.1.3. No preço proposto deverão ser considerados todos os elementos relativos a realização dos serviços, tais como transportes, materiais e armazenamento, equipamentos, ferramentas, mão-de-obra, encargos sociais e despesas indiretas, encargos fiscais, tributos, seguros, tarifas de água e luz, licenças, alvarás e outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços.

7.1.4. Na planilha anexa a este Edital são apresentados os serviços com os custos unitários e também com a incidência do BDI. Para se determinar o valor final do item, deverá ser aplicado o Desconto sobre o Valor com BDI.

7.1.5. No campo do sistema “Descrição/Observações” não poderá conter nenhuma identificação da licitante proponente (tais como nome, CNPJ, site da empresa, telefone, email, etc.), sob pena de desclassificação.

7.1.6. A licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.2. Após cadastrar o valor do lote, a licitante deverá clicar no botão “Estou Ciente” para enviar os documentos abaixo na opção “incluir anexo do lote”, sob pena de desclassificação:

a) proposta assinada, contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do **modelo em anexo** (disponível para download no site <https://www.tjpr.jus.br/editais>);

a.1) na hipótese da proposta ser apresentada por procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato;

b) declaração de apresentação de proposta independente, ausência de impedimentos e cumprimento das exigências do edital, conforme o **modelo em anexo**;

c) declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o **modelo em anexo**;

c.1) Demonstração do Resultado do Exercício - DRE atualizado, caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual não seja optante do regime de tributação SIMPLES NACIONAL;

d) declaração conforme **modelo em anexo** de que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos

noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos;

e) documentação de habilitação, conforme previsto no Capítulo 13 do edital.

7.2.1. A identificação da licitante na documentação mencionada na fase do item 7.2 é obrigatória e não viola a disposição contida no item 7.1.5.

7.3. A arrematante que estiver cadastrada no SICAF fica dispensada de juntar os documentos de habilitação contidos no referido sistema que estejam dentro do seu prazo de validade.

7.3.1. Documentos ausentes ou fora de seu prazo de validade, quando disponíveis em sítios eletrônicos, poderão ser obtidos e anexados ao processo pela comissão de licitação.

7.3.2. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” ou “incluir anexo do lote” do sistema www.licitacoes-e.com.br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

7.3.3. Caso solicitado o envio dos originais ou cópia autenticada dos documentos, estes deverão ser encaminhados aos cuidados da Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, no endereço Rua Álvaro Ramos, nº 157, 4º andar, Centro Cívico, Curitiba-PR, CEP 80.530-190.

7.4. A licitante poderá, até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, excluir ou substituir a proposta e os documentos inseridos no sistema.

7.5. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital, em especial:

a) Inexistência de fato impeditivo à habilitação neste certame, e ciência da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores;

b) Prazo de validade da proposta não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame;

c) Prazo de início da prestação de serviços deverá iniciar a partir do recebimento ou da data estabelecida na Ordem de Execução de Serviço ou da data estabelecida quando do envio da Nota de Empenho;

d) os preços ofertados deverão refletir o preço CIF de mercado, ou seja, abrangendo todas as despesas que incidirem sobre eles, tais como, seguro, impostos, taxas, fretes, etc., e todas as obrigações previstas no Termo de Referência, especificações técnicas e na minuta contratual, em anexo;

e) no caso de a aquisição ou prestação de serviço, objeto desta licitação, ocorrer de fornecedor paranaense, ou seja, em operação interna, deverá ser praticada com isenção do ICMS, conforme dispõe o item 121 do Anexo I – Isenções, do Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto Estadual nº 6.080/2012, editado com amparo no Convênio ICMS nº 26/2003, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, conforme endereço eletrônico <https://goo.gl/PeiX7Y>.

f) todos os produtos cotados deverão ser de 1ª linha / qualidade.

7.6. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

CAPÍTULO 8 – DA ABERTURA E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. A partir do horário e dia referido no preâmbulo terá início a sessão pública do pregão com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lance, quando o Pregoeiro avaliar a aceitabilidade das propostas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

8.4. Após definida a classificação da(s) proponente(s), seu(s) representante(s) deverá(ão) estar conectado(s) na “Sala de Disputa” do sistema para participar da sessão de lances.

CAPÍTULO 9 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à etapa competitiva, momento a partir do qual os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.2. Para efeito de lances, será considerado o **MODO DE DISPUTA ABERTO e considerado o preço global**, obtido da aplicação do percentual de desconto ofertado sobre o valor máximo da ata estabelecido no Capítulo 3 deste Edital, consignado na proposta.

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

9.4.1. A diferença entre os lances enviados não poderá ser inferior a R\$ 200,00 e incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.4.2. O intervalo entre os lances intermediários enviados pela mesma licitante e entre os lances que reduzam a melhor proposta apresentada não poderá ser inferior a 3 (três) segundos.

9.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.6. Durante todo o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor de menor lance registrado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.

9.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste edital da Lei Estadual nº 15.608/2007.

9.8. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances, que continuarão sendo recebidos. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício após comunicação expressa às participantes.

9.9. A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

9.9.1. A prorrogação automática de que trata o subitem anterior terá duração de 02 (dois) minutos, período este que será renovado sucessivamente sempre que houver lances antes de seu término, inclusive lances intermediários.

9.9.2. Caso não sejam ofertados novos lances no prazo de 02 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.9.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, mediante justificativa e em prol da consecução do melhor preço, admitir o reinício da fase de lances.

9.10. Para os lotes não destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte, após a conclusão da etapa de lances, o sistema detectará a existência da situação de empate ficto e convocará, na ordem de classificação, a ME ou EPP para apresentar nova proposta de preço inferior ao menor lance registrado, no prazo de 05 (cinco) minutos. Não havendo manifestação da licitante convocada, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática.

9.10.1. Entende-se por empate ficto aquelas situações em que o valor da proposta apresentada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta melhor classificada, desde que esta não esteja enquadrada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP).

9.10.2. A situação de empate ficto será reapreciada sempre que houver desclassificação ou inabilitação da licitante melhor classificada, ou quando for chamada a licitante remanescente. Nesta hipótese, a licitante será convocada via sistema para apresentar proposta até às 19:00h do primeiro dia útil seguinte.

CAPÍTULO 10 - DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances e depois de resolvidas as situações de empate ficto, o Pregoeiro encaminhará contraproposta diretamente à licitante detentora do lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.3. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do edital, devendo o Pregoeiro negociar visando obtenção de melhor preço.

10.4. A arrematante que apresentar proposta acima do preço máximo deverá readequá-la, sob pena de desclassificação.

10.5. Concluída a negociação o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo para a contratação.

10.6. Após a manifestação da arrematante, o Pregoeiro consultará as demais classificadas sobre o eventual interesse em figurar no cadastro de reserva, com preços iguais aos da licitante vencedora, de acordo com o Decreto Estado nº 7.303/2021.

10.6.1. Havendo interesse em participação no cadastro de reserva, o Pregoeiro deverá realizar nova classificação das propostas, respeitada a sequência de classificação anterior.

10.6.2. A licitante que não aceitar participar do cadastro de reserva, conforme o caso, poderá perder sua posição na classificação dos lances àquelas que aceitarem fazê-lo, sendo reinserida na ordem de classificação de acordo com o valor de sua proposta.

CAPÍTULO 11 - DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA

11.1. A arrematante deverá anexar ao sistema www.licitacoes-e.com.br por meio da opção “Enviar Anexo”, até as 19:00h do primeiro dia útil seguinte ao encerramento da etapa de lances, a proposta recomposta assinada contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do **modelo em anexo** (disponível para download no site <https://www.tjpr.jus.br/editais>);

11.1.1. Na recomposição final, os preços unitários e totais dos itens que compõem a proposta recomposta não poderão ultrapassar os valores máximos que estão fixados neste edital, bem como, não poderão ser majorados os valores unitários consignados na proposta inicial.

11.2. O Pregoeiro verificará se a licitante preenche os requisitos de participação, mediante consulta cadastral da empresa ([Portal da Transparência do Governo Federal](#), [TCU](#), [SICAF](#), [SIMPLES NACIONAL](#), [GMS/PR](#), [TCE/PR](#) e [Hermes/TJ-PR](#)), bem como do sócio majoritário no cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade ([CNIA/CNJ](#)).

11.2.1. Será ainda consultada a situação da licitante no [Cadastro Informativo Estadual – CADIN](#) para verificar eventual impedimento de contratar e receber pagamentos.

11.3. A licitante poderá se cadastrar junto ao sistema SEI-TJPR, por meio do endereço <https://sei.tjpr.jus.br/externo>, o qual será utilizado para assinatura de documentos relativos à contratação, futuras comunicações e ciência de outros atos decorrentes desta licitação.

11.3.1. Também serão considerados idôneos para todas as comunicações os meios indicados pela arrematante na sua proposta (telefone, endereço para correspondência e e-mail que deve ser acessado nos dias úteis).

11.4. Dentro do prazo fixado no item 11.1 poderá ocorrer o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal relativos à proposta recomposta e documentos de habilitação. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado à critério do Pregoeiro, mediante justificativa, em virtude da complexidade e/ou da quantidade de lotes da licitação.

CAPÍTULO 12 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

12.1. O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço global/maior desconto.

12.1.1. Na hipótese de discrepância entre os preços unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os de menor valor.

12.2. Será desclassificada a proposta:

- a) formulada por quem esteja impedida participar do certame;
- b) que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- c) que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
- d) com preços superiores aos valores máximos fixados, conforme dispõe o art. 27, inciso XXI, da Constituição do Estado do Paraná, ou preços manifestamente inexequíveis, observados os termos do art. 89 da Lei Estadual n.º 15.608/07 e artigo 48, da Lei n.º 8.666/93;
- e) em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste Edital;

f) que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

12.3. No julgamento das propostas o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

12.4. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes ao quadro de pessoal deste Tribunal de Justiça ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar suas decisões.

12.5. No caso de desclassificação será examinada a subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

12.6. Nos casos de licitação fracassada quando todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá conceder prazo para apresentação de novas propostas na forma do §3º do art. 89 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

CAPÍTULO 13 - DA HABILITAÇÃO

13.1. Para habilitação da licitante é necessária a documentação de:

- a) habilitação jurídica
- b) regularidade fiscal e trabalhista;
- c) qualificação econômico-financeira;
- d) qualificação técnica;
- e) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

13.2. Para Comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

a) cópia do Contrato Social (ou instrumento equivalente - tais como estatuto social ou requerimento de empresário) com alterações e consolidação em vigor.

13.3. Para Comprovação da **REGULARIDADE FISCAL** e trabalhista que não estejam disponíveis em consulta pública na internet:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo SICAF);
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da arrematante;
- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da arrematante;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB);
- e) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

13.4 Para Comprovação da **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**:

- a) certidão(ões) negativa(s) de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da arrematante pessoa jurídica, ou certidão judicial atualizada de plano de recuperação acolhido ou homologado.
- b) Apresentação de Declaração de Patrimônio Líquido Vinculado (PLV) conforme modelo em anexo (Declaração da relação dos compromissos assumidos pela licitante, tanto com órgãos públicos como também com particulares, que importem diminuição da Disponibilidade Líquida Patrimonial – DLP).
- c) Demonstração de Patrimônio Líquido Atual. Será considerado como Patrimônio Líquido atual da empresa o valor apurado no período menor ou igual a 90 (noventa)

dias que antecedem a abertura dos invólucros nº 1 – Proposta de Preços, e deverá ser demonstrado em quadro próprio assinado pelo contabilista responsável e pelo titular da empresa.

c.1) O quadro a que se refere o item “c” deverá conter todos os elementos que compõem o Patrimônio Líquido da licitante e encaminhado juntamente com os documentos relacionados no item “d”, conforme modelo referencial abaixo:

MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATUAL

Nome da Empresa: _____

CNPJ: _____

Data de apuração __/__/__ (não inferior a 90 dias da abertura dos invólucros).

CONTAS	Valor (em reais)
Capital social	\$
Reservas de capital	\$
Ajustes de avaliação patrimonial	\$
Reservas de lucros	\$
Ações em tesouraria	\$
Prejuízos acumulados	\$
Outros: Especificar	\$
(=) TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	\$

d) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, já exigíveis na data da abertura da licitação, assinados por Contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir, sendo que, a memória de cálculo deverá ser apresentada com duas casas decimais, desprezando-se as demais.

d.1) Todos os demonstrativos devem vir acompanhados dos termos de abertura e encerramento do livro diário, apresentados em cópia autenticada e registrados na Junta Comercial ou em outro órgão equivalente, com assinatura do contabilista responsável devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade com CRC ativo e também a assinatura do titular da empresa;

d.2) As empresas que utilizam a escrituração contábil digital poderão apresentar: balanço patrimonial e a demonstração de resultado do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED) e recibo de entrega de livro digital na Receita Federal;

d.3) Nos casos de empresa recém constituída, deverá apresentar cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

e) A licitante deverá apresentar Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,00 (um), Liquidez Corrente igual ou superior a 1,00 (um) e Grau de Endividamento Total igual ou inferior a 2,00 (dois).

e.1) A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Grau de Endividamento Total (GET), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

$$GET = \frac{PC + PNC}{PL}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Em que:

AC – Ativo Circulante;

RLP – Realizável a Longo Prazo (subgrupo do Ativo Não-Circulante);

PC – Passivo Circulante;

PNC – Passivo Não Circulante;

PL – Patrimônio Líquido.

f) Comprovação de possuir Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor máximo da licitação.

g) Comprovação de Disponibilidade Líquida Patrimonial (DLP), que deverá ser igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor máximo da licitação, resultantes da aplicação da seguinte fórmula:

$$DLP = \left[\frac{PL_1 + PL_2}{2} \right] - \sum PLV$$

Em que:

DPL = Disponibilidade Líquida Patrimonial

PL1 = Patrimônio Líquido entregue com a documentação de habilitação.

PL2 = Patrimônio Líquido Atual da Empresa conforme item “c”

PLV = Patrimônio Líquido Vinculado conforme modelo em Anexo.

h) A ocorrência de algum equívoco na elaboração dos cálculos dos itens “e” e “g”, tendo a licitante fornecido dados que possibilitem a devida correção, não será motivo de inabilitação.

i) Para as empresas cadastradas no Programa REFIS deverá ser obedecido o artigo 14 da Lei Federal n.º 9.964 de 10/04/2000.

13.5. Para Comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Termo de Nomeação, assinado por todos os profissionais indicados, conforme modelo em anexo, devendo constar:

I – 1 (um) profissional de nível superior legalmente habilitado, a ser designado como Coordenador para a execução do objeto;

II – 1 (um) profissional de nível superior legalmente habilitado a ser designado como responsável técnico pela execução das Obras Cíveis;

III – 1 (um) profissional de nível superior legalmente habilitado a ser designado como responsável técnico pela execução das Instalações Elétricas.

IV – 1 (um) profissional de nível superior legalmente habilitado a ser designado como responsável técnico pela execução das Instalações Mecânicas;

a.1) O profissional de nível superior legalmente habilitado designado como Coordenador deverá pertencer ao quadro de responsáveis técnicos da empresa.

a.2) A empresa atenderá a exigência do edital quanto à nomeação dos responsáveis técnicos desde que haja, **NO MÍNIMO**, 01 (um) profissional que atenda aos requisitos do item 13.5 para cada especialidade.

a.3) Consideram-se como legalmente habilitados os profissionais com as seguintes qualificações para:

a.3.1) Coordenador – profissional graduado em Engenharia Civil, devidamente habilitado e registrado no CREA ou profissional graduado em Arquitetura devidamente habilitado e registrado no CAU.

a.3.2) Obras Cíveis – profissional graduado em Engenharia Civil, devidamente habilitado e registrado no CREA ou profissional graduado em Arquitetura devidamente habilitado e registrado no CAU.

a.3.3) Instalações Elétricas – profissional graduado em Engenharia Elétrica, devidamente habilitado e registrado no CREA;

a.3.4) Instalações Mecânicas – profissional graduado em Engenharia Mecânica, devidamente habilitado e registrado no CREA.

a.4) Todos os profissionais nomeados, incluindo o Coordenador, desde que habilitados conforme indicado na alínea a.1, poderão ser nomeados para mais de uma responsabilidade.

a.5) Os profissionais nomeados de engenharia, a serem designados como responsáveis técnicos, devem preencher os requisitos previstos nas resoluções do CONFEA/CREA que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no sistema CREA. Os profissionais nomeados de arquitetura, a serem designados como responsáveis técnicos, devem preencher os requisitos previstos nas resoluções do CAU que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no sistema CAU. Portanto deve ser caracterizada a correlação entre a atribuição necessária para a atividade a ser desenvolvida e a respectiva atribuição de competências no âmbito de abrangência do campo de atuação do profissional, inclusive aquelas enquadradas como especialização com a peculiaridade de estender-se a mais de uma profissão, como as atividades relacionadas à Segurança do Trabalho, por exemplo.

a.6) No caso de outra titulação que não aquelas elencadas no item acima, deverá haver indicação expressa pelo licitante da resolução/norma CONFEA que estabeleça a competência do profissional indicado, à luz das obrigações contratuais.

b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA ou Certidão de Registro de Empresa junto ao CAU, dentro do prazo legal de sua vigência;

b.1) O profissional de nível superior legalmente habilitado designado como Coordenador, deverá obrigatoriamente constar da Certidão do Conselho respectivo.

c) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA, referente aos responsáveis técnicos de engenharia e Certidão de Registro e Quitação emitida pelo CAU, referente aos responsáveis técnicos de arquitetura, dentro do prazo legal de sua vigência;

c.1) Caso haja formalização de contrato decorrente da ata de registro de preços, o vínculo contratual ou empregatício dos profissionais nomeados deverá ser demonstrado **até 10 (dez) dias** após a assinatura do mencionado termo, por meio de um destes documentos: Contrato Social (no caso de sócio da empresa), CTPS ou Contrato de Prestação de Serviços.

c.2) Se houver necessidade de substituição do responsável técnico nomeado, o substituto deverá apresentar o acervo e atestados de capacidade técnica conforme exigidos no presente edital, a serem submetidos à análise e aprovação do Tribunal de Justiça.

d) Compromisso de participação do pessoal técnico nomeado pela proponente, no qual declarem que participarão, permanentemente, a serviço da empresa, do objeto desta licitação, devendo estar disponíveis e a pronto atendimento quando solicitado, a pedido da fiscalização do Tribunal. Se houver alteração no quadro de responsabilidade técnica da empresa, o substituto deverá possuir o acervo mínimo exigido na licitação e aceito previamente pelo Tribunal de Justiça, sob pena de cancelamento da ata de registro de preços ou rescisão contratual (modelo em anexo).

e) A empresa licitante deverá apresentar prova de que tenham executado obra, por meio de Certidão de Acervo Técnico emitida pelo Conselho Profissional competente (CREA ou CAU), que atenda ao contido nos itens “e.1” e “e.2”, em que conste, obrigatoriamente, as datas de início e término da obra, sua localização, destinação e área de construção, com as seguintes características técnicas, consideradas como parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

I) Para a Empresa (capacitação técnico-operacional):

I.I) Execução de obra de construção, ou reparos, com área mínima de **1.500,00 m²**;

I.II) Execução de instalações elétricas e de telecomunicações (tenha instalado pontos de tomadas elétricas, luminárias, pontos de lógica) de obras de construção, ou reparos, com área mínima de **1.500,00 m²** OU tenha executado instalações elétricas e de telecomunicações com no mínimo **100** pontos de tomadas elétricas mais **50** pontos de telecomunicações.

e.1) As Certidões de Acervo Técnico emitidas sem Atestado de Capacidade Técnica, deverão discriminar todas as exigências técnicas elencadas acima.

e.2) Nos casos de Certidões de Acervo Técnico emitidas com Atestado de Capacidade Técnica, este deverá também ser apresentado, devidamente firmado pelo contratante do projeto (público ou particular) e chancelado pelo Conselho Profissional competente (CREA ou CAU);

e.3) Não serão aceitos atestados/acervos referentes às obras de conjuntos habitacionais (tipo: COHAB, COHAPAR, INOCOOP, etc.), instalações ou quadras esportivas, barracões industriais ou agrícolas e obras de arte, exceto;

e.3.1.) Para as exigências técnicas a serem comprovadas em metros quadrados (pela área da edificação), serão consideradas como válidas somente as áreas administrativas de tais espécies de obras, desde que clara e objetivamente descritas e discriminadas **na Certidão de Atestado Técnico**

e/ou Atestado de Capacidade Técnica da obra;

e.3.2.) Para as exigências técnicas a serem comprovadas em unidades de medida diferentes de metragem quadrada (ou seja, por número de pontos, TR's, KVA's, etc.) serão aceitos os atestados / acervos de tais espécies de obras, desde que clara e objetivamente descritas e discriminadas **na Certidão de Atestado Técnico e/ou Atestado de Capacidade Técnica** da obra;

e.4) A empresa licitante deverá comprovar atendimento ao item “e”, mediante uma ou mais Certidões de Acervo Técnico e/ou Atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, suficientes para comprovar tal aptidão, não sendo permitida a soma de certidões e/ou atestados e/ou obras diferentes para comprovação do acervo;

OBSERVAÇÃO: OS ACERVOS E ATESTADOS APRESENTADOS PARA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL (DA EMPRESA), ONDE DEVE CONSTAR O NOME DA LICITANTE COMO EMPRESA EXECUTORA, IRÁ SE RESTRINGIR ÀS ATRIBUIÇÕES DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PARA OS QUAIS FORAM EMITIDOS ESTES ACERVOS E ATESTADOS. ASSIM, POR EXEMPLO, OS ATESTADOS E ACERVOS EMITIDOS EM NOME DE UM ENGENHEIRO CIVIL (NO QUAL CONSTE O NOME DA EMPRESA LICITANTE COMO A EXECUTORA) IRÁ SE RESTRINGIR AOS SERVIÇOS QUE SÃO DE COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÃO DO ENGENHEIRO CIVIL, SENDO IGNORADOS, OS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE SUBESTAÇÃO OU EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO OU PONTOS DE CABEAMENTO ESTRUTURADO, ETC CASO ESTES ESTEJAM INCLUÍDOS NA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS.

e.5) Os documentos solicitados a serem apresentados em nome dos profissionais indicados como responsáveis técnicos constituem comprovação de capacitação técnico-profissional, e os documentos solicitados a serem apresentados em nome da empresa constituem comprovação de capacitação técnico-operacional.

e.6) Nos atestados em que o licitante conste como consorciado, serão consideradas as quantidades executadas única e exclusivamente pelo licitante ou, caso essas não sejam mencionadas, as quantidades apuradas proporcionalmente ao seu percentual de participação financeira no consórcio. Caso não conste expressamente na documentação o percentual ou a definição das quantidades executadas única e exclusivamente pelo licitante, o atestado não será considerado.

e.7) Em caso de divergência entre os dados de comprovação de qualificação técnica constantes na Certidão de Acervo Técnico e no respectivo Atestado de Capacidade Técnica, prevalecerá aquela que indicar o menor valor numérico.

e.8) O Atestado de Capacidade Técnica serve para comprovar a execução dos serviços discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada, que pode conter características, quantidades, prazos e níveis de satisfação de modo a complementar, caso necessário, o constante na Certidão de Acervo Técnico,

13.6. Para comprovação DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

a) declaração conforme modelo em anexo de que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

13.7. A habilitação da arrematante cadastrada no SICAF será verificada por consulta aos documentos abrangidos pelo sistema e por meio de documentação complementar que comprove o cumprimento dos requisitos de habilitação previstos neste capítulo, a ser anexada no sistema www.licitacoes-e.com.br, nos termos deste edital.

13.7.1 Os documentos abrangidos pelo SICAF são os relativos a:

- a) habilitação jurídica, exceto comprovação de legitimidade para assinatura de propostas e contratos de seu representante legal ou procurador;
- b) regularidade fiscal e trabalhista;
- c) qualificação econômico-financeira;
- d) qualificação técnica.

13.7.1.1 A licitante deverá confirmar se todos os documentos solicitados neste edital para verificação da habilitação estão inseridos e atualizados no sistema SICAF, caso contrário deverá providenciar a sua juntada.

13.8. Somente será considerada habilitada a arrematante que preencha os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

13.9. Nos casos de licitação fracassada quando todos os licitantes forem inabilitados, o pregoeiro poderá conceder prazo para apresentação de novas propostas na forma do §3º do art. 89 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

CAPÍTULO 14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

14.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no *site* do Banco do Brasil S.A para a participação do certame.

14.1.1. O CNPJ que deve constar nas certidões será da matriz, se o licitante for a matriz;

14.1.2. O CNPJ que deve constar nas certidões será da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA);

14.1.3. Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para o faturamento, discriminando o item ou lote respectivo, quando for o caso.

14.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada e declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.2.1. Havendo alguma irregularidade ou restrição quanto aos documentos para prova de regularidade fiscal e trabalhista, das microempresas e as empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis a partir do momento em que a arrematante for declarada vencedora, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.2.2. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor. Documentos expedidos por órgãos oficiais, omissos quanto ao prazo de validade, serão aceitos por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

14.4. O Pregoeiro poderá sanar irregularidade de habilitação se ausente ou vencido documento disponível em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, nos termos do art. 64, §4º, da Lei 15.608/07.

14.5. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o pregoeiro a declarará vencedora e, não havendo manifestação de recurso, poderá o pregoeiro adjudicar-lhe o objeto.

14.5.1. A comissão de licitação deverá solicitar à vencedora o cadastro obrigatório de usuário externo junto ao sistema SEI-TJPR.

14.6. Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

14.7. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da habilitação, dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia.

CAPÍTULO 15 - DOS RECURSOS

15.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema e de forma motivada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decadência do direito.

15.2. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço licit@tjpr.jus.br.

15.3. As razões e contrarrazões deverão ser protocolizadas por meio de formulário eletrônico disponível no endereço <https://www.tjpr.jus.br/protocolo-admin>, no site do Banco do Brasil em anexo de proposta ou fisicamente na Divisão de Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça (Edifício Essenfelder – Rua Mauá, 920, piso SL, Alto da Glória, Curitiba PR, CEP 80.030-901), observando-se o horário das doze (12:00) às dezoito (18:00) horas, dos dias úteis.

15.4. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o pregoeiro terá até 5 (cinco) dias para:

- a)** Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
- b)** Motivadamente, reconsiderar a decisão;
- c)** Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora, que terá 5 (cinco) dias úteis para decidir.

15.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

15.7. Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

CAPÍTULO 16 - DAS PENALIDADES

16. A licitante que incorrer em infrações administrativas sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa, na forma prevista neste instrumento convocatório, com relação às infrações previstas neste edital, cometidas no processo licitatório;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Justiça, por prazo não superior a 02 (dois) anos, ressalvada a hipótese do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/07, quando os efeitos serão estendidos aos demais órgãos e entidades do Estado;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- e) sanções previstas na minuta contratual às infrações cometidas na fase de execução contratual;
- f) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

16.2. A sanção de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

16.3. Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação.

16.4. Ficam estipuladas as seguintes multas:

16.4.1 multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor total estimado no edital para o(s) item(ns) objeto da proposta, nas hipóteses:

16.4.1.1 a quem, quando solicitado, não entregar a documentação exigida para o certame, deixar de apresentar documento na fase de saneamento ou pré-contratual;

16.4.1.2 por não manter a proposta, deixar de assinar a ata de registro de preços, contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente;

16.4.1.3 por apresentar declaração falsa e/ou documento falso;

16.4.1.4 por fazer declaração falsa na fase de habilitação;

16.4.2 multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do pedido por deixar de assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente decorrente da ata de registro de preços;

16.5. Fica estipulada a suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 2 (dois) anos, na hipótese de:

16.5.1. Recusa injustificada, após ser considerada adjudicatária, em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

16.5.2. Não manter sua proposta;

16.5.3. O licitante vencedor não reunir os requisitos de habilitação necessários à sua contratação, nos termos do §3º do art. 84 da Lei nº 15.608/07.

16.6. Nas hipóteses do item 16.5.3, será aplicada cumulativamente multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor total estimado no edital para o(s) item(ns) objeto da proposta.

16.7. A aplicação da sanção nas hipóteses previstas no item 16.5 deve observar o prazo de duração de no máximo 02 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, observado o disposto no art. 158 da Lei Estadual nº 15.608/07.

16.7.1. Quando a participante for punida com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibida de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior, nos termos do art. 155 da Lei Estadual nº 15.608/07.

16.8. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição por até 5 (cinco) anos, será aplicada nas hipóteses em que o licitante:

16.8.1. Fizer declaração falsa na fase de habilitação;

16.8.2. Apresentar documento falso;

16.8.3. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

16.8.4. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

16.9. A conduta que seja considerada comportamento inidôneo e que não se enquadre em qualquer das condutas dispostas no presente capítulo estarão sujeitas às penas do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

16.10. Na aplicação das penalidades será considerada as circunstâncias do artigo 160 da Lei Estadual nº 15.608/07.

16.10.1. A reincidência se caracteriza com a repetição de infração de igual natureza, cometida após a aplicação da sanção anterior, em qualquer licitação promovida por este Tribunal de Justiça, e será apurada no período máximo de cinco anos.

16.11. As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:

16.11.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios (art. 158, I da Lei Estadual 15.608/07);

16.11.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior (art. 158, II da Lei Estadual 15.608/07).

16.12. Caso a licitante incorra em uma das condutas elencadas no presente capítulo, será instaurado procedimento administrativo autônomo para apuração da irregularidade a aplicação de sanções, onde será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observado o disposto nos artigos 161 e 162 da Lei Estadual nº 15.608/07 e o Decreto Judiciário nº 711/11 e alterações posteriores.

16.12.1. As intimações serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, no SISTEMA SEI, nos termos do Decreto nº 711/2011.

16.12.1.1. Após a regular tramitação do procedimento descrito no *caput* e, havendo a aplicação da penalidade de multa, a empresa será notificada para o pagamento.

16.12.1.1.1. Transcorrido o prazo para o pagamento da multa sem o seu adimplemento o Tribunal de Justiça poderá compensar o valor devido com qualquer crédito existente nesta ou em outra contratação.

16.13. Qualquer multa ou encargo imputado à empresa, não pago no prazo concedido pela Administração, será inscrito no CADIN Estadual e em Dívida Ativa do Estado e cobrado com base na Lei Federal nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IPC-FIPE ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

16.14. As disposições do Capítulo de Penalidades não excluem a responsabilização da licitante por eventuais atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/13 e demais legislações, bem como a responsabilidade de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrente da conduta.

16.15. Quando a conduta da empresa acarretar na frustração do certame deverá ressarcir o Tribunal de Justiça no valor correspondente ao custo do processo de licitação, sem embargo de indenização suplementar caso o prejuízo exceda à referida quantia.

CAPÍTULO 17 - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Após a homologação do resultado deste Pregão, o Tribunal de Justiça, Órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e o número de fornecedores, convocará o(s) adjudicatário(s) para a assinatura da Ata de Registro de Preços, que publicada, aperfeiçoará o compromisso de fornecimento ou de execução nas condições estabelecidas.

17.2. A licitante que tenha o seu **maior percentual de desconto** registrado será denominada beneficiário do registro, as demais empresas licitantes habilitadas na sessão de pregão serão denominadas signatárias da ata de registro de preços.

17.2.1. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor (signatárias da ata de registro de preços), na sequência da classificação do certame, observará o seguinte:

a) o registro a que se refere o item **10.5 e seguintes** deste Edital tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no Decreto Estadual nº 2734/2015;

b) se houver mais de um licitante na situação de que trata o item **10.5 e seguintes**, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

c) a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

17.3. A Convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) vez a critério do Tribunal de Justiça, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

17.4. Ao assinar a Ata de Registro de Preços a empresa adjudicatária obrigará-se a fornecer os bens a ela adjudicados, com integral obediência às normas avençadas em relação aos elementos fornecidos, a responder pelo cumprimento da proposta apresentada.

17.5. A(s) beneficiária(s) do registro e as signatárias da ata de registro de preços deverão, obrigatoriamente, informar um e-mail válido e acessá-lo diariamente, exceto nos dias que não forem úteis, para as comunicações de se fizerem necessárias, inclusive para envio da nota de empenho.

17.6. A(s) beneficiária(s) do registro de preços e as signatárias da ata de registro de preços, sempre que convocadas, deverão comprovar as mesmas condições de habilitação, apresentando os documentos devidamente atualizados, consignados no edital convocatório, como condição para celebração da contratação.

17.7. Em caso de recusa ou impossibilidade da(s) empresa(s) vencedora(s) em assinar a ata de registro de preços, ou quando a(s) beneficiária(s) do registro não fizer(em) a comprovação referida no item anterior ou se recusar a firmar contratações, o Tribunal de Justiça adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, e convocará a licitante ou signatária da ata de registro de preços de classificação imediatamente posterior que aceitar fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação, sendo a esta atribuída a condição de beneficiária do registro.

17.8. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pelo Tribunal de Justiça, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

17.9. Na convocação das signatárias da ata de registro de preços, será observada a classificação final da sessão originária do pregão, devendo o (s) convocado (s) apresentar(em) os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira reunião.

17.9.1. Por ocasião da convocação, o beneficiário do registro, deverá apresentar os documentos relacionados no Capítulo 13, deste edital, devidamente atualizados.

17.10. A signatária da ata de registro de preços que passar à condição de beneficiária do registro estará sujeita às mesmas obrigações e penalidades decorrentes deste termo de referência e do instrumento convocatório.

17.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive os acréscimos de que trata a Lei Estadual n.º 15.608/2007.

17.12. Durante a vigência da ata deverão ser mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CAPÍTULO 18- DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A Ata do Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 112 da Lei Estadual nº 15.608/2007 e no Decreto Estadual nº 2734/2015.

18.1.1. O(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser revisto(s) em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Tribunal de Justiça, Órgão gerenciador, promover as necessárias negociações junto ao(s) fornecedor(es) ou executante(s).

18.2. Quando, por motivo superveniente, os valores registrados tornarem-se superiores ao preço praticado no mercado, o Departamento de Engenharia e Arquitetura deverá:

a) convocar a beneficiária do registro, para negociar a adequada redução do preço;

b) liberar a beneficiária do registro do compromisso assumido, caso se frustrasse essa negociação;

c) convocar a(s) signatária(s) do registro de preços subsequente, nos termos dos **itens 10.5 e seguintes do Capítulo 10 deste Edital**, visando a igual oportunidade de negociação.

18.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço resultante após a aplicação do desconto registrado, o fornecedor, mediante requerimento fundamentado, deverá demonstrar a impossibilidade de cumprir o compromisso, que será analisada pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura, que poderá:

a) liberar a beneficiária do registro do compromisso assumido, sem iniciar procedimento para apurar falta que implique em aplicação de penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos apresentados e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) convocar a(s) signatária(s) do registro de preços subsequente, nos termos do **Capítulo 10 deste Edital**, visando a igual oportunidade de negociação.

18.4. Frustradas as negociações, o Departamento de Engenharia e Arquitetura providenciará a revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

CAPÍTULO 19 - DA EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. O beneficiário do registro deverá iniciar a execução após o recebimento da ordem de execução de serviços ou nota de empenho.

19.2. O Tribunal de Justiça promoverá por meio do Departamento de Engenharia e Arquitetura, a fiscalização e o acompanhamento do objeto contratado.

19.3. O setor requisitante endereçará ao Departamento de Engenharia e Arquitetura o pedido de solicitação de contratação no qual constarão, obrigatoriamente, protocolo de referência, número da licitação, Comarca(s) e/ou Foro(s), descrição do(s) serviço(s) a serem executado(s), conforme previsão editalícia.

CAPÍTULO 20 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo estabelecido pela administração do Tribunal de Justiça, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir os valores da planilha de Relação de Serviços, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Houver razões de interesse público.

20.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, como unidade gestora, respeitados os ditames da Instrução Normativa 01/2013, de 10 de junho de 2013.

20.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CAPÍTULO 21 – DA CONTRATAÇÃO

21.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada por termo de contrato, a ser assinado pela adjudicatária no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, podendo ser prorrogado uma vez por igual período a critério deste Tribunal, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

21.1.1. De acordo com a natureza e complexidade dos serviços e a critério do Departamento de Engenharia e Arquitetura poderá ser dispensada a formalização de termo contratual, sendo que a Nota de Empenho atuará como instrumento equivalente, aplicando-se neste caso, os termos, obrigações e condições da minuta contratual (modelo em anexo).

21.2. Farão parte da contratação, independentemente de suas transcrições, todas as condições estabelecidas neste edital, na proposta da adjudicatária e na minuta Contratual em anexo.

21.3. Como condição para celebração do contrato a adjudicatária deverá:

- a)** manter as condições de habilitação;
- b)** não possuir fato impeditivo perante os cadastros do (Portal da Transparência do Governo Federal, TCU, SICAF, GMS/PR, TCE/PR e Hermes/TJ-PR);
- c)** não possuir registro no Cadastro Informativo Estadual – CADIN, nos termos do art. 3º da Lei Estadual nº 18.466/2015, c/c. art. 7º do Decreto Estadual nº 1.933/2015.

21.4. Em caso de recusa ou impossibilidade da adjudicatária em assinar o termo do contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, realizar os serviços, o Tribunal de Justiça adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como poderá convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos deste edital e feita a negociação, contratar com a Administração.

21.5. O envio da Nota de Empenho/ Ordem de Execução de Serviços, para a CONTRATADA, autoriza a execução do serviço e demarcará o início do prazo de execução.

21.6. O BDI é fixo e será aplicado a cada contratação sobre o custo dos serviços (CS) a serem contratados.

21.6.1. Para o objeto deste certame licitatório foram consideradas as taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e de Encargos Sociais conforme o regime **COM** desoneração (folha de pagamento). Tal fato não impedirá ao futuro contratado optar pela outra forma de recolhimento (conforme permite a LEI nº 13.161/2015) e assumir eventuais custos ou despesas superiores às definidas na planilha orçamentária.

O Regime de recolhimento COM desoneração (**4,5%** sobre a receita bruta - CPRB), está detalhado nos modelos anexos, cujos valores resultantes são os seguintes:

I - BDI para obras e serviços de engenharia equivalente a **25,97%**, aplicado sobre o custo direto estimado dos itens de serviços da planilha;

II - BDI para aquisição e instalação de equipamentos equivalente a **11,42%**, aplicado sobre o custo direto estimado dos itens de equipamentos da planilha.

III - BDI para serviços diferenciados equivalente a **13,78%**, aplicado sobre o custo direto estimado dos itens de equipamentos da planilha.

21.6.1. O valor mínimo de cada contrato a ser celebrado será de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

21.7. Os prazos de execução dos serviços, irão variar de 10 (dez) a 180 (cento e oitenta) dias, de acordo com definição do Departamento de Engenharia e Arquitetura no momento da formalização do pedido de contratação, levando em consideração os aspectos como a complexidade e o valor dos serviços a serem contratados, em consonância com o § 2º, do art. 25 do Decreto Estadual nº 7.303/2021.

21.8. A apresentação de cronograma físico-financeiro ficará adstrita à contratação com prazo de execução superior a 30 dias. O cronograma físico-financeiro será definido pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura, no momento da formalização do pedido de contratação. Para a fixação dos prazos e cronograma de desembolso serão considerados aspectos como a complexidade e o valor dos serviços a serem contratados.

21.9. Caso o expediente gerador da contratação apresente a necessidade de alteração de layout de salas ou solicite a execução necessitem a elaboração de

projeto arquitetônico ou detalhes executivos, estes deverão ser fornecidos à empresa contratada.

21.10. Os requerimentos ou manifestações da vencedora/contratada, referentes à execução do objeto (por ex: alteração de marcas, prorrogação de prazos, etc), deverão ser devidamente motivados, instruídos com documentos hábeis e protocolizados antes do término do prazo de entrega mediante formulário eletrônico disponível no endereço <https://goo.gl/qFjpC2> ou fisicamente na Divisão de Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça (Edifício Essenfelder – Rua Mauá, 920, piso SL, Alto da Glória, Curitiba-PR, CEP 80.030-901), observando-se o horário das doze (12:00) às dezoito (18:00) horas, dos dias úteis.

CAPÍTULO 22 - DA LEI ANTICORRUPÇÃO

22.1. As licitantes e a beneficiária deverão atender às disposições contidas na Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da licitação e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

CAPÍTULO 23 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. O Tribunal de Justiça informa às licitantes que os dados pessoais e dados pessoais sensíveis apresentados no procedimento licitatório receberão o tratamento de acordo com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e Lei Estadual nº 16.595/2010, visando o atendimento do interesse público.

23.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação:

- a)** promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta;
- b)** relevar erros materiais, formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não alterem os parâmetros da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;
- c)** convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

23.3. A homologação do julgamento caberá ao Presidente do Tribunal de Justiça, que poderá, em despacho circunstanciado e no interesse público, presentes os requisitos legais, revogar a licitação ou anulá-la na hipótese de ilegalidade, sem que caiba ao licitante direito a indenização.

23.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e no contrato exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme prescreve o artigo 163 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

23.4.1. Só iniciam e vencem os prazos em dia de expediente na Secretaria do Tribunal de Justiça, verificável através do endereço <https://www.tjpr.jus.br/calendario>.

23.5. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir eventuais pendências oriundas do presente pregão, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23.6. Fica entendido que o presente Edital e todos os seus Anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição que se mencione em um, e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

Curitiba, 08 de junho de 2021.

Engº Reginaldo Mendes Júnior
Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura

ANEXOS A ESTE EDITAL OS QUAIS FAZEM PARTE INTEGRANTE DO MESMO

Anexo I	-	Modelo de Proposta de Preços
Anexo II	-	Declaração de apresentação de proposta independente, ausência de impedimentos e cumprimento das exigências do edital. (Item 7.2)
Anexo III	-	Declaração de não utilização de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres (Capítulo 13.6)
Anexo IV	-	Modelo de Termo de Nomeação
Anexo V	-	Modelo de Declaração de Patrimônio Líquido Vinculado
Anexo VI	-	Modelo de Declaração de ME ou EPP
Anexo VII		Modelo de Minuta Contratual
Anexo VIII	-	Minuta Ata Registro de Preços
Anexo IX	-	Encargos Sociais sobre a mão de obra;
Anexo X	-	Relação de Comarcas abrangidas na Licitação;
Anexo XI	-	Metodologia para Concessão de Aditivos
Anexo XII		Modelo Composição BDI
Anexo XIII	-	Planilha de serviços a serem contratados, com custos unitários de referência e demais documentos.

ANEXO I (MODELO PROPOSTA DE PREÇOS)**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2021****PROPOSTA COMERCIAL****Razão Social da Proponente:****C.N.P.J.:****Endereço:****Telefone:****Nome do Representante Legal ou Procurador, RG e CPF:**

(na hipótese de procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato; deverá ainda ser anexado cópia do documento de identidade ou equivalente e do CPF)

CNPJ para faturamento (matriz ou filial):**Dados Bancários para pagamento: (Banco, AG, CC)****PROPOSTA DE PREÇOS:**

1) Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Estadual nº 15.608/07 e às cláusulas e condições para o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2021.

2) O desconto proposto sobre o valor máximo da Ata é de XX,X% (.....), a ser aplicado sobre a planilha de serviços em Anexo a este Edital quando de cada contratação eventualmente efetivada. (em caso de divergência do percentual apresentado em algarismo e por extenso, prevalecerá este último).

Curitiba, de de 2.0xx.

Nome e assinatura do representante da empresa
(Empresa Proponente)

Endereços:

CNPJ:

Obs. Deverá ser feita em folha timbrada com o nome da empresa, preferencialmente.

ANEXO II

D E C L A R A Ç Ã O
(MODELO – 7.2)

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, declara para os fins do presente Pregão Eletrônico nº 35/2021, sob as penas da Lei e do art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame quanto a participar ou não da licitação;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do certame antes da adjudicação do objeto da licitação;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná antes da abertura oficial das propostas;

f) não irá contratar para prestação do serviço, objeto deste certame, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em face da vedação estabelecida pela Resolução nº 09/05 do Conselho Nacional de Justiça;

g) não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, em face da vedação estabelecida pela Resolução nº 229/16 do Conselho Nacional de Justiça;

h) está plenamente ciente de que a existência de registro no CADIN/PR impede a contratação com este Tribunal de Justiça, nos termos do disposto na Lei Estadual nº. 18.466/2015;

i) está plenamente ciente que seu credenciamento como usuário externo perante este Tribunal no sistema SEI-TJPR poderá ser utilizado como meio válido para quaisquer comunicações, intimações e assinaturas decorrentes desta licitação, dos procedimentos administrativos e da contratação;

j) está plenamente ciente de que é de sua exclusiva responsabilidade como cadastrado e usuário externo do sistema SEI-TJPR o sigilo da senha de acesso, não sendo admitida, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido e que deverá comunicar imediatamente este Tribunal sobre a perda da senha ou a quebra de sigilo, para imediato bloqueio de acesso; e

k) está plenamente ciente que seu credenciamento como usuário externo perante este Tribunal no sistema SEI-TJPR implicará em responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade e poderes conferidos para realização das transações inerentes aos documentos assinados.

l) em cumprimento ao disposto no inc. I do art. 7º da Lei nº 13.709/2018, por meio de seu representante legal, DECLARA para os fins do presente Pregão Eletrônico, que Pregão Eletrônico nº XX/2021 DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO Rua Álvaro Ramos, 157 Centro Cívico – Curitiba/PR 24 consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais (nome, RG e CPF) para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) e em atendimento a Lei nº 12.527/2011 e ao princípio constitucional da publicidade.

Em _____ de _____ de _____.

Nome e C.P.F. do representante legal

ANEXO III

**Declaração de cumprimento ao disposto
no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Capítulo 13.6)**

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, **DECLARA**
para os fins do presente Pregão Eletrônico nº 35/2021, não utilizar mão de obra direta
ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos,
perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra
direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz
a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determinação Constitucional.

Cidade, ____ de _____ de 20xx.

Nome e C.P.F. do
representante Legal

ANEXO IV

TERMO DE NOMEAÇÃO

AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2021

Atendendo a determinação do item 13.5.4, do Capítulo 13 – Da Habilitação, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, declara para os devidos fins que os profissionais abaixo relacionados serão os responsáveis pela **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA EM OBRAS DE REPAROS, ADEQUAÇÕES E MELHORIAS EM UNIDADES DO PODER JUDICIÁRIO INSTALADAS NAS COMARCAS COMPONENTES DA REGIONAL DE PONTA GROSSA.**

Habilitação	Nome	Área	CREA/CAU	Vínculo	Assinatura
Coordenador					
Responsável pelas Obras Cíveis					
Responsável pelas Instalações Elétricas					
Responsável pelas Instalações Mecânicas					

Declara, ainda, que se houver modificação do quadro, o Tribunal de Justiça será imediatamente comunicado, sendo que o substituto deverá apresentar o acervo mínimo exigido na licitação e aceito pelo CONTRATANTE.

Os profissionais acima nominados firmam a presente declaração, comprometendo-se a participar permanentemente, pela empresa, dos serviços objeto da licitação, cientes e de acordo com as cláusulas expressas na minuta do contrato, ao qual sujeitam-se em conformidade com as condições estabelecidas no presente Edital.

_____, ____ de _____ de 20xx.

Assinatura do Diretor ou Representante

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO VINCULADO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2021**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA DE REPAROS, ADEQUAÇÕES E MELHORIAS EM UNIDADES DO PODER JUDICIÁRIO INSTALADAS NAS COMARCAS COMPONENTES DA REGIONAL DE PONTA GROSSA.

DECLARAMOS, nos termos do § 5º do art. 31 da Lei Federal 8.666/93 e § 4º do art. 77 da Lei Estadual nº 15.608/07, e sob as penas da lei, que a pessoa jurídica inscrita no CNPJ (MF) nº, estabelecida à, por mim legalmente representada, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública.

DECLARAMOS, ainda que relacionamos todos os compromissos (contratos) assumidos pela nossa empresa, sob pena de não ser aceita esta declaração.

DECLARAMOS ainda, que os cálculos demonstrativos, da disponibilidade de Patrimônio Líquido (PL) – Cálculo do Saldo Contratual (SC), por nós preenchidos, para o presente processo licitatório, são os que abaixo se seguem:

CÁLCULO DO SALDO CONTRATUAL (SC):

Item	Nº do Contrato	Obra ou Serviços	Contratante	Valor Total da Contratação (a)	Valor faturado (b)	Saldo Contratual c = (a - b)	Patrimônio Líquido vinculado * PLV= c x 10%
1.							
2.							
3.							
4.							
5.							
6.							
7.							
8.							
9.							
10.							
Σ PLV							

* Para fins deste certame será considerado 10% da diferença entre o valor total e o valor faturado de cada contrato.

_____, ____ de _____ de 20xx.

Nome e Assinatura do Representante
RG e Cargo

OBS. Em papel timbrado da Licitante.

A Declaração deverá ser assinada pelo representante do licitante com poderes para tanto, devendo ser apresentado o instrumento de procuração caso não seja um dos sócios.

A não apresentação desta Declaração implicará na imediata desclassificação da Licitante.

A tabela poderá ser ampliada para a declaração de outros compromissos acima de 10 (dez).

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, **DECLARA** para os fins do presente Pregão Eletrônico nº 35/2021, sob as penas da Lei e do art. 299 do Código Penal Brasileiro que é _____ [MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL] nos termos da legislação vigente e **NÃO POSSUI** nenhum dos impedimentos previstos na Lei Complementar n. 123/2006, artigo 3º § 4º.

DECLARA, por fim, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação da empresa no certame e tem ciência da OBRIGATORIEDADE DE DECLARAR ocorrências posteriores, inclusive fatos impeditivos e eventual incorrência nas condições de desenquadramento como _____ [microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual].

Cidade, ____ de _____ de 20xx.

Nome e CPF do Representante Legal

ANEXO VII

Contrato nº ____/XXXXXX

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO QUE ENTRE SI FAZEM O *TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ* E A EMPRESA, PARA EXECUÇÃO DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Na data da última assinatura eletrônica constante neste documento, nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, Palácio da Justiça, sede do **PODER JUDICIÁRIO**, Centro Cívico, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº 77.821.841/0001-94, representado neste ato por seu Presidente, Excelentíssimo Senhor Desembargador, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, estabelecida na cidade de, na rua, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº, legalmente representada pelo Senhor, portador da Carteira de Identidade nº e CPF nº, residente e domiciliado em, na rua, firmam o presente contrato para execução de serviços de reparos no edifício, pertencente à Regional de Ponta Grossa, mediante as cláusulas e condições adiante discriminadas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A **CONTRATADA** executará os serviços de reparos no edifício do Fórum da Comarca de, pertencente à Regional de XXXXXXXX, pelo regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com as especificações e demais discriminações constantes do expediente protocolizado no Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal de Justiça sob nº XXXXXXXXXX, que passam a fazer parte integrante do presente contrato.

§ Primeiro: São designados como responsáveis técnicos para execução dos serviços objeto do presente contrato os profissionais relacionados Termo de Nomeação constante nas fls. e os profissionais que eventualmente venham a substituí-los no decorrer do contrato, cuja substituição tenha sido devidamente autorizada pelo Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura.

§ Segundo: Se houver necessidade de substituição do responsável técnico nomeado, o substituto deverá apresentar o acervo e atestados de capacidade técnica conforme exigidos no edital, a serem submetidos a análise e aprovação do **CONTRATANTE**.

DO PREÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor básico do presente contrato é de R\$ (.....), resultante da multiplicação das quantidades pelos valores unitários dos serviços necessários, aplicação de BDI e percentual de desconto previsto na Ata de Registro de Preços nº XX/2021, devidamente descritos no pedido de contratação protocolado sob nº XXXX/XXX.

§ Primeiro: O valor constante do "Caput" desta cláusula será pago pelo Departamento Econômico e Financeiro – DEF, em moeda corrente e legal do País, segundo o faturamento elaborado pela **CONTRATADA**, após verificação, medição e aceitação por parte da fiscalização do **CONTRATANTE**.

§ Segundo: Somente serão pagos os serviços efetivamente executados, sendo abatidos das faturas aqueles não realizados e requeridos.

DA EXECUÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: Para a execução dos serviços objeto deste contrato, a **CONTRATADA** fornecerá o equipamento, o material e a mão-de-obra necessários, realizando os serviços rigorosamente de acordo com os elementos técnicos indicados no pedido de contratação e demais discriminações constantes do protocolizado

referido na cláusula primeira do presente ajuste.

§ Primeiro: No decorrer da execução da obra, a **CONTRATADA** submeter-se-á à fiscalização periódica do **CONTRATANTE**, a qual, se constatar qualquer irregularidade nos serviços, tomará as providências que julgar necessárias para a normalização dos mesmos, assistindo inclusive ao **CONTRATANTE** o direito de recorrer às vias judiciais ordinárias para assegurar o rigoroso cumprimento das especificações constantes do protocolizado referido na cláusula primeira.

§ Segundo: A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, obras e materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

§ Terceiro: A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

§ Quarto: A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, sendo que a sua eventual inadimplência não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e/ou o uso e destinação dos serviços, exceto no que diz respeito aos encargos previdenciários, pelos quais o **CONTRATANTE** responde solidariamente com a **CONTRATADA**.

§ Quinto: As dúvidas técnicas que acaso surgirem no decorrer dos serviços, serão dirimidas, em conjunto, pelos responsáveis técnicos de ambas as partes e homologadas pelo **CONTRATANTE**.

§ Sexto: A **CONTRATADA** ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o **CONTRATANTE** responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da **CONTRATADA**, quer por danos a terceiros, resultante da ação, omissão ou negligência da **CONTRATADA**.

DO PRAZO

CLÁUSULA QUARTA: O prazo global para a conclusão dos serviços é de XXX (XXXXXXX) dias consecutivos, contados a partir do recebimento ou da data definida na Ordem de Execução de Serviço e/ou da data estabelecida quando do envio da Nota de Empenho.

§ Primeiro: Os prazos de início de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram alguns dos seguintes motivos:

- I- alteração, pelo **CONTRATANTE**, do projeto ou especificações;
- II- superveniência de fato excepcional, imprevisto ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- III- interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do **CONTRATANTE**;
- IV- aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por Lei;
- V- impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo **CONTRATANTE** em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- VI- omissão ou atraso de providências a cargo do **CONTRATANTE**, inclusive quanto aos pagamentos previstos, de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato.

§ Segundo: Toda prorrogação/suspensão de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo **CONTRATANTE**, através de sua autoridade competente para celebrar o contrato.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA: O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

- I- Unilateralmente, pelo **CONTRATANTE**:

- a) Quando houver necessidade de modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou supressão quantitativa dos serviços a serem executados, dentro dos limites previstos pelo parágrafo primeiro desta cláusula.

II- Por acordo entre as partes:

- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução prevista pela cláusula oitava;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação (execução dos serviços);
- d) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra/serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§ Primeiro: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, até 50 % (cinquenta por cento) do valor inicial do contrato.

§ Segundo: No caso de supressão de serviços, se a **CONTRATADA** já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pelo **CONTRATANTE** pelos custos efetivos de aquisição, regularmente comprovados e monetariamente corrigidos.

§ Terceiro: Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§ Quarto: Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§ Quinto: Se no decorrer da obra o **CONTRATANTE** ordenar a execução de serviços não previstos no orçamento inicial, porém necessários e imprescindíveis à perfeita execução do objeto deste contrato, ficarão tais serviços sujeitos ao regime de preços unitários vigorantes à época da assinatura do mesmo.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: Caberá ao **CONTRATANTE**:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente Contrato;
- b) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela **CONTRATADA** e pertinentes ao objeto do presente contrato;
- c) Assegurar o livre acesso às áreas envolvidas na obra de pessoa(s) credenciada(s) pela **CONTRATADA** para a execução dos serviços necessários;
- d) Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da(s) fatura(s) em dia.

CLÁUSULA SÉTIMA: Caberá à **CONTRATADA**:

- a) Apresentar até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, como condição para a expedição da ordem de execução dos serviços, os seguintes documentos:
 - a.1) Garantia de execução prevista na Cláusula Oitava deste contrato (que será exigida para as contratações de valor acima do limite estabelecido pela lei para dispensa de licitação em razão do valor – R\$33.000,00);
 - a.2) Proposta de seguro de responsabilidade civil contra terceiros, devidamente protocolada junto à companhia seguradora, prevista na respectiva Cláusula deste termo (que será exigida para contratações com serviços em altura, alta tensão ou que ofereçam médio ou alto risco);

a.2.1) A Apólice de Seguro de Riscos de Engenharia, nos termos da proposta, deverá ser apresentada **como condição para liberação da primeira/única parcela.**

a.3) Demonstração do vínculo empregatício ou contratual com todos os profissionais nomeados na licitação e neste Contrato como responsáveis técnicos, mediante cópia da CTPS, Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços, devendo comprovar, quando solicitado pelo CONTRATANTE, a manutenção dos profissionais ou empregados indicados pela execução do serviço (que somente será exigido caso não constante dos documentos de habilitação);

a.3.1) Se houver alteração de responsabilidade técnica da Contratada, o substituto deverá possuir o acervo mínimo exigido na licitação e aceito pelo Contratante, sob pena de rescisão contratual;

a.4) ART's ou RRT's dos profissionais nomeados como responsáveis técnicos, devidamente quitadas. Caso a **CONTRATADA**, bem como o(s) profissional(is) nomeado(s), seja(m) sediada e/ou domiciliados em outra jurisdição, e, consequentemente inscrita no CREA de origem, deverá apresentar o visto da empresa, junto ao CREA do Estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 5.194/1966, em consonância com o art. 1º da Resolução nº 413/1997 do CONFEA;

a.5) Comprovante de Inscrição de Obra (CNO); que poderá ser apresentado como condição para liberação da primeira parcela (que será exigido nos casos previstos na Instrução Normativa 971/2009 da Receita Federal do Brasil).

b) Manter durante toda a vigência da ata de registro de preços e prazo de execução dos contratos, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

b.1) Manter atualizado, durante a vigência contratual, a indicação do ambiente físico ou virtual de comunicação à distância, nos termos do Art. 32 da Lei Estadual nº 15.608/2007, responsabilizando-se pela eventual demora na tramitação processual decorrente de mudança de endereço sem prévia comunicação ao **CONTRATANTE**, sujeita às sanções previstas no referido Diploma legal

c) O pagamento dos emolumentos prescritos em lei e a observância de todas as posturas referentes aos serviços.

d) O pagamento de todas as obrigações sociais, patronais, patrimoniais, tributárias, trabalhistas e administrativas, além dos encargos securitários, previdenciários ou de qualquer outra natureza, relativos aos empregados e aos serviços ora contratados.

e) Submeter-se à fiscalização periódica do **CONTRATANTE**, a qual, se constatar qualquer irregularidade nos serviços, tomará as providências que julgar necessárias para a normalização dos mesmos, assistindo inclusive ao **CONTRATANTE** o direito de recorrer às vias judiciais ordinárias para assegurar o rigoroso cumprimento das especificações do objeto do presente contrato.

f) A responsabilidade pelas instalações e segurança da obra.

g) Cumprir todas as exigências das Leis e Normas atinentes à Segurança, Higiene e Medicina de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de sinalização e proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem na obra, bem como identificá-los adequadamente.

h) A completa execução da obra em todas as suas fases pelo preço constante de sua proposta, sem revisão de quantidades, obedecendo a todas as especificações constantes nos elementos técnicos descritos, bem como às normas avençadas, comprometendo-se a fornecer e aplicar na obra materiais e equipamentos novos e de primeiro uso.

i) Manter no local um responsável com quem a fiscalização se reportará sobre assuntos relativos à execução da obra, salvo aqueles que por sua natureza, devam ser tratados com o Coordenador, bem como uma equipe de operários na quantidade necessária ao cumprimento do contrato, fornecendo todas as informações e elementos necessários.

j) Manter os dados do representante e da empresa (endereço, telefone, e-mail) atualizados;

k) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, obras e materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

l) Retirar dentro de 72 (setenta e duas) horas corridas, após receber a notificação do Tribunal de Justiça, todo material rejeitado pela fiscalização, desmanchar e refazer imediatamente, por sua conta, o serviço que não for aceito.

m) Manter o local limpo diariamente.

n) Providenciar às suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

o) Fornecer, **quando exigido, o Diário de Execução de Serviços** à fiscalização da obra, que constituirá documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução dos serviços, vistados diariamente por profissionais credenciados pela contratada e a cada vistoria pelo fiscal, devendo o mesmo ser aberto mediante termo circunstanciado, lavrado na primeira página, correspondente ao dia em que a **CONTRATADA** efetivamente iniciar os serviços, no qual obrigatoriamente registrará:

- pessoa técnica nomeada para acompanhar a obra.
- pessoal lotado no local de trabalho (de forma discriminada).
- andamento da obra.
- os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos.
- outros fatos que, a seu juízo, devem ser objeto de registro.

o.1) A exigência de Diário de Execução de Serviços poderá ser dispensada a critério do Departamento de Engenharia e Arquitetura, com base no valor e porte da contratação.

p) A execução de toda a obra com o máximo possível de cuidado, para que não sejam causados danos de qualquer espécie no local, tais como: sujeira na pintura, quebra de vidros, de móveis, etc. Ocorrendo qualquer dano, o mesmo deverá ser imediatamente reparado pela parte causadora.

q) O cumprimento das formalidades necessárias à execução dos serviços e demais atribuições, além do pagamento de eventuais multas impostas pelas autoridades constituídas;

r) Havendo a necessidade de subcontratar serviços especializados, solicitar, previamente e por escrito, ao Tribunal de Justiça e este decidirá a conveniência ou não da subcontratação, não sendo admitido subcontratar o total dos serviços, porém, permitido fazê-lo parcialmente, apresentando a relação dos serviços e as empresas que irão executá-los, continuando a responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais;

s) Caso haja necessidade, obter junto às repartições competentes, às suas expensas, todas as licenças e autorizações necessárias à execução dos serviços contratados, bem como responder, a qualquer tempo, pelas consequências que a falta ou omissão das mesmas vierem a acarretar;

t) A Contratada será responsável pelo recolhimento e destinação dos resíduos gerados na realização dos serviços, de acordo com a legislação vigente, efetuando a análise dos tipos de resíduos gerados na prestação dos serviços, a forma de seleção e acondicionamento (de acordo com sua composição), bem como sua destinação final (reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação, etc), ou ainda, o descarte ambientalmente adequado dos materiais rejeitados (aqueles que não poderão ser reaproveitados) em aterros, devidamente licenciados/autorizados pelo poder público, observando-se as normas específicas. Os valores referentes ao recolhimento e destinação de resíduos estão incluídos no item da planilha de serviços.

t.1) A Contratada deverá apresentar mensalmente, como condição de liberação de parcela e independente de demais sanções legais e contratuais, Relatório de Resíduos da Construção Civil constando de:

- t.1.1)** a quantidade total de resíduos de obra gerados no período;
- t.1.2)** a quantidade reciclada e aproveitada no próprio canteiro de obras;
- t.1.3)** a quantidade retirada do canteiro de obras destinada a reciclagem;
- t.1.4)** a quantidade restante, transportada a outros locais, mediante CTR

u) Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no Edital;

v) Quando da conclusão da obra:

- v.1)** Efetuar a limpeza do local, sem deixar qualquer detrito do material utilizado ou ocorrido com a execução dos trabalhos, devendo o local e suas adjacências estar em perfeito estado para utilização imediata;
- v.2)** Fornecer à fiscalização os dados técnicos de qualquer elemento ou instalação que, por motivos diversos, haja sofrido modificação no decorrer dos serviços;
- v.3)** A responsabilidade pela conservação e manutenção dos equipamentos instalados em pleno funcionamento até a entrega da obra, devendo o prazo de garantia vigorar até três meses após o recebimento definitivo;
- v.4)** Fornecer, obrigatoriamente, nos casos de obras e serviços em que haja fornecimento e instalação de bens patrimoniais permanentes móveis, como por exemplo, equipamentos de elevação vertical (plataformas), câmeras de CFTV, gravadores de imagens, switches, patch-panels, centrais de alarme, centrais de incêndio, no-breaks e outros, os seguintes itens:
- planilha detalhada (em formato *pdf* e em *excel*) contendo todos os equipamentos fornecidos, constando a descrição completa dos bens, quantidades, valor de compra, data da aquisição, data da entrega ou instalação, data do recebimento definitivo, data do início da garantia, tempo de garantia total e, se houver garantia estendida, tempo remanescente de garantia;
 - manuais e demais documentos técnicos dos bens (originais e em *pdf*);
 - notas fiscais de aquisição dos bens, indicando nas notas quais itens estão sendo adquiridos para o Poder Judiciário do Estado do Paraná (originais e/ou *pdf*);
- x)** Fornecer ao Tribunal de Justiça, para o recebimento definitivo, se cabíveis aos serviços contratados:
- x.1)** entregar os manuais de conservação das instalações, de revestimentos e materiais de acabamentos;
- x.2)** caderno de especificações: registro de todas as marcas, códigos e referências de materiais e serviços executados;
- x.3)** documentação "as built": detalhes executivos referentes à estrutura e instalações, na exata dimensão e localização em que cada um dos serviços foi executado, quando exigido pelo Contratante;
- x.4)** manual do Proprietário, quando exigido pelo Contratante;
- X.5)** Certidão Negativa do INSS para fins de averbação da obra.

DA GARANTIA

CLÁUSULA OITAVA: A **CONTRATADA** fica obrigada a comparecer, dentro do prazo de 10 (dez) dias após a assinatura deste contrato, a fim de efetuar junto ao **CONTRATANTE**, depósito de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, a título de caução de execução, respeitados os acréscimos e supressões do objeto.

§ Primeiro: A **CONTRATADA** optará por uma das modalidades elencadas no artigo 102 da Lei Estadual nº 15.608/07, quais sejam:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança-bancária.

§ Segundo: Se a opção recair em fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes da Lei Federal nº 10.406, de 10.01.02 (Código Civil Brasileiro).

§ Terceiro: Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

§ Quarto: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto contratado;
- b) prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas punitivas aplicadas pela Administração;
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela

contratada;

§ Quinto: Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente cobertura para os eventos indicados no parágrafo anterior

§ Sexto: A garantia deverá vigorar durante toda a execução do contrato e até 06 meses após o Recebimento Definitivo da obra/serviço ou rescisão contratual, devendo ser renovada e complementada, após comunicação formal à **CONTRATADA**, na mesma proporção e época de eventual aditivo, a partir de eventuais prorrogações e adições ao ajuste, tantas vezes quanto for o próprio contrato para a execução dos serviços, sob pena de aplicação de multa contratual.

§ Sétimo: No caso de haver aditivos referentes a prazo e/ou serviços, a garantia complementar será de acordo com a modalidade adotada pela **CONTRATADA** e majorada à mesma proporção do referido aditivo.

§ Oitavo: A garantia será devolvida após decorridos trinta (30) dias do término do prazo de sua vigência ou se rescindido este contrato, contados do protocolo do requerimento, desde que comprovada pela contratada a quitação de todas as verbas decorrentes de vínculo trabalhista e não haja processo administrativo em curso.

§ Nono: Sem prejuízo de aplicação das sanções que lhe couberem, o Tribunal de Justiça recorrerá à garantia constituída, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a **CONTRATADA**, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato.

§ Décimo: Na hipótese de não correção pela **CONTRATADA** de pendências e anormalidades verificadas na obra/serviço pelo **CONTRATANTE** e atestadas no Termo de Recebimento Provisório, o **CONTRATANTE** descontará da caução a importância correspondente.

§ Décimo Primeiro: No caso de rescisão do contrato por inadimplemento da **CONTRATADA**, será imediatamente acionada a garantia para sanar possíveis prejuízos acarretados ao **CONTRATANTE**, independente da aplicação de outras sanções.

DO SEGURO DA OBRA (quando exigido)

CLÁUSULA NONA: Deverá a **CONTRATADA**, apresentar no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura deste contrato, proposta de seguro de responsabilidade civil, devidamente protocolizada junto à companhia seguradora. A respectiva apólice deve ser entregue como condição para liberação da primeira parcela e deve conter as seguintes coberturas:

- a) danos a obras e materiais, de 100% (cem por cento) do valor do Contrato;
- b) Responsabilidade Civil Cruzada (com ou sem fundação) abrangendo:
 - b.1) danos a terceiros, pessoas e/ou bens, resultantes de ação ou omissão da **CONTRATADA**, de 50% (cinquenta por cento) do valor do Contrato, limitada a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
 - b.2) danos a propriedade do **CONTRATANTE** e/ou terceiros que estejam sob sua guarda, custódia ou controle, de 50% (cinquenta por cento) do valor do Contrato, limitada a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
 - b.3) morte ou invalidez permanente de qualquer pessoa autorizada a visitar ou permanecer no canteiro de obras ou vitimada fora deste em razão da execução do objeto do Contrato, de 50% (cinquenta por cento) do valor do Contrato, limitada a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

Parágrafo Único: A cobertura do seguro deverá abranger o período correspondente ao início da execução do objeto do Contrato até a **lavratura do Termo de Recebimento Provisório**.

DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA: A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, avaliação e fiscalização por parte da equipe técnica do Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça.

§ Primeiro: Competirá ao servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato comunicar falhas porventura constatadas na execução dos serviços e solicitar sua correção.

§ Segundo: Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato,

deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE** e nos prazos estabelecidos.

§ **Terceiro:** A fiscalização, exercida no interesse do **CONTRATANTE**, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, seus agentes e prepostos, por qualquer dano que venha a causar ao **CONTRATANTE**.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O pagamento dar-se-á pelo Departamento Econômico Financeiro/Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, em moeda corrente e legal do país, pelos serviços efetivamente executados, de acordo com as XX etapas do **cronograma físico-financeiro, índices de desembolso referencial e obrigações pertinentes a cada etapa** apresentados pela **CONTRATADA**, após verificação, medição e aceitação dos serviços e sua compatibilização por parte da fiscalização do **CONTRATANTE**.

§ **Primeiro:** A cada vistoria, os serviços executados serão examinados, rejeitando-se aqueles que não satisfaçam às exigências legais e técnicas, não atendam às necessidades ou contrariarem os projetos ou especificações. Para os serviços não aceitos, será concedido prazo para refazimento.

§ **Segundo:** A **CONTRATADA** deverá notificar o **CONTRATANTE** através de **Requerimento de Medição** quando esta considerar os serviços previstos para a etapa como cumpridos integralmente, para que no prazo de 21 (vinte e um) dias úteis seja constatada "in loco" pelo Fiscal da obra, a efetiva realização dos mesmos, devidamente anotado no diário de obras.

§ **Terceiro:** Constada a efetiva realização dos serviços, o Fiscal da obra emitirá a respectiva manifestação, a qual deverá autorizar ou não a emissão da nota fiscal correspondente;

§ **Quarto:** Caso não seja autorizada a emissão da Nota Fiscal, caberá novo **Requerimento de Medição** após decorridos 05 (cinco) dias úteis da manifestação, seguindo o trâmite do parágrafo segundo.

§ **Quinto:** Caso seja autorizada a emissão da Nota Fiscal pela fiscalização, a empresa deve encaminhar, **em meio digital**, o respectivo **Requerimento de Pagamento**, bem como os seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal, a qual deverá discriminar os valores referentes a custos de mão-de-obra e de materiais;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) Certidão Negativa de Tributos Municipais do domicílio ou sede do licitante;
- d) Certidão Negativa de Tributos Estaduais do domicílio ou sede do licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União¹;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- g) Guias da Previdência Social – GPS e respectivos comprovantes de recolhimento;
- h) Guias de Recolhimento do FGTS – GRF e respectivos comprovantes de recolhimento;
- i) Relação dos Trabalhadores constantes do Arquivo SEFIP;
- j) Folha de Pagamento Mensal e Recibos de Pagamento de Funcionários, inclusive dos responsáveis técnicos nomeados;
- k) Declaração de que possui escrituração contábil, firmada pelo contador e pelo responsável pela empresa, e que os valores apresentados se encontram devidamente contabilizados;
- l) Relatório de Resíduos da Construção Civil, nos termos exigidos na Cláusula Sétima, alínea "t".
- m) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA/CAU dos profissionais nomeados como responsáveis técnicos e Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA/CAU;

¹ De acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, a qual abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

n) Demonstrativo de que as ART'S de execução dos responsáveis técnicos nomeados estão ativas, obtida mediante consulta pública no site do CREA/CAU respectivo.

§ Sexto: Recebido o Requerimento de Pagamento em meio digital, instruído com os documentos listados no § 5º, a fiscalização da obra deverá emitir o Atesto na Nota Fiscal, o qual perfaz-se em atestado de que houve o adimplemento dos serviços da etapa pela **CONTRATADA**. Emitido o Atesto, o Requerimento de Pagamento será encaminhado para conferência jurídica e documental;

§ Sétimo: Nos termos do art. 69, inciso II, alínea *h*, da Lei Estadual nº 15.608/2007, o **CONTRATANTE** efetuará o pagamento da parcela até o 30º dia a contar da data do atestado de execução dos serviços, ou seja, da emissão do Atesto na Nota Fiscal emitido pela fiscalização da obra, desde que em condições jurídicas e documentais de ser(em) liberada(s), observada a Instrução Normativa nº 05/2017-TJPR.

§ Oitavo: Na eventualidade de a empresa contratada apresentar Requerimento de Medição ou Requerimento de Pagamento sem condições de processamento e em desacordo com o disposto neste Capítulo, será notificada para sanar as pendências encontradas no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, sob pena de abertura de procedimento administrativo por descumprimento de Cláusula Contratual.

§ Nono: Somente serão pagas medições integrais executadas de acordo com o previsto no cronograma físico-financeiro;

§ Décimo: Deverão ser encaminhadas as guias de todas as competências vencidas durante a execução de cada etapa dos serviços.

§ Décimo Primeiro: As certidões negativas deverão estar vigentes no momento da liberação do pagamento e as obtidas pela internet estão sujeitas à verificação de validade e autenticidade.

§ Décimo Segundo: Para liberação da primeira e da última parcela da obra deverá ser entregue a documentação exigida na Cláusula Sétima, alínea “a.2.1”, “a.5”, e “x”, respectivamente, deste Contrato.

§ Décimo Terceiro: Para liberação de cada parcela do cronograma físico-financeiro a **CONTRATADA** deve observar as obrigações que devem ser cumpridas na respectiva etapa.

§ Décimo Quarto: A última parcela do cronograma físico-financeiro será quitada em duas etapas, sendo 95% (noventa e cinco por cento) quando da execução e recebimento da totalidade dos serviços previstos e 5% (cinco por cento) até 30 (trinta) dias depois, quando da apresentação de toda a documentação final da obra, conforme previsto na Cláusula referente às Obrigações da **CONTRATADA**.

§ Décimo Quinto: Quando da apresentação da fatura concernente à obra, a **CONTRATADA** deverá discriminar os valores referentes a custos de mão-de-obra e de materiais.

§ Décimo Sexto: Tendo em vista a IN nº 001/2019 –DTE/SEFA, o Estado do Paraná não possui convênio com a receita Federal, portanto não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP, que passarão a ser recolhidas diretamente pelos próprios credores.

DO RECEBIMENTO DA OBRA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Executado o contrato, a obra será recebida:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de quinze (15) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**;

b) Definitivamente, por Comissão presidida pelo MM. Juiz de Direito Diretor do Fórum juntamente com o fiscal da obra e o representante da Contratada, mediante Termo circunstanciado, de acordo com o § 3º do artigo 123 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

b.1) Na ausência do Juiz de Direito Diretor do Fórum, a função acima poderá ser exercida pelo Juiz substituto ou por outros Juízes da Comarca. Por fim, na falta de qualquer magistrado, a função acima poderá ser exercida pelo representante designado da Direção do Fórum.

b.2) Em serviços executados em edificações onde não há Juiz de Direito atuando como Diretor, como por exemplo em edificações administrativas, a Comissão deverá

ser presidida por servidor designado como síndico ou representante de direção juntamente com o fiscal da obra e o representante da Contratada.

b.3) Em serviços executados em edificações onde não há Juiz de Direito atuando como Diretor e também não há servidor designado como síndico ou representante de direção, a Comissão deverá ser presidida pelo Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura (DEA) juntamente com o fiscal da obra e o representante da Contratada.

§ Primeiro: Não será lavrado o Termo de Recebimento Provisório se forem encontradas pendências a serem solucionadas pela empresa **CONTRATADA**.

§ Segundo: A **CONTRATADA** ficará responsável pelos reparos e substituições necessárias, se houver, decorrentes de defeitos de execução, sem prejuízo do estabelecido nos parágrafos segundo e terceiro da cláusula terceira do presente contrato.

§ Terceiro: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e a segurança da obra, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato, sendo que o prazo do artigo 618 da Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002 (Código Civil Brasileiro) correrá a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências decorrentes do presente ajuste e as previstas em lei ou regulamento.

§ Primeiro: Constituem motivo para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, ou o seu cumprimento irregular;
- b) A lentidão no seu cumprimento, levando o **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade de conclusão da obra no prazo estipulado, assim como o atraso injustificado no início dos serviços;
- c) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- d) A subcontratação total ou parcial de serviços, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**, a seu exclusivo critério;
- e) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, bem como o cometimento reiterado de faltas anteriormente anotadas em registro próprio pela fiscalização do **CONTRATANTE**;
- f) A decretação de falência, a instauração de insolvência civil, a dissolução da sociedade, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo do **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;
- g) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Presidência do **CONTRATANTE**;
- h) A supressão de serviços, por parte do **CONTRATANTE**, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido pelo parágrafo primeiro da cláusula quinta;
- i) A suspensão de sua execução, por ordem escrita do **CONTRATANTE**, por prazo superior a cento e vinte (120) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- j) O atraso superior a noventa (90) dias no pagamento devido pelo **CONTRATANTE**, decorrente de serviços já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- k) A não liberação por parte do **CONTRATANTE**, da área ou local para a realização da obra;

I) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente contrato.

§ Segundo: A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nas alíneas "a" *usque* "g" e "I" do parágrafo anterior; amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação referido na cláusula primeira, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**; judicial, nos termos da legislação.

§ Terceiro: A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do **CONTRATANTE**.

§ Quarto: No caso das alíneas "g" *usque* "I" do parágrafo primeiro, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, que houver sofrido, tendo ainda o direito a devolução da garantia de execução, pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão, e pagamento do custo de desmobilização, quando for o caso.

§ Quinto: Ocorrendo impedimento, paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução dos serviços será prorrogado por igual tempo, após prévia análise e autorização por parte do **CONTRATANTE**.

CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A rescisão de que trata a primeira parte do parágrafo segundo da cláusula anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste ajuste ou em Lei:

I- assunção imediata do objeto do contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**;

II- ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregado na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso II do artigo 131 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

III- execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV- retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

Parágrafo Único: A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II desta cláusula fica a critério do **CONTRATANTE**, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O descumprimento das disposições contratuais sujeita o contratado às sanções administrativas dispostas nos artigos 150 a 160 da Lei Estadual nº 15.608/07 e, subsidiariamente, nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02.

§ Primeiro: Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná por prazo não superior a 02 (dois) anos, ressalvada a hipótese do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/07, quando os efeitos serão estendidos aos demais órgãos e entidades do Estado;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

e) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

§ Segundo: Na aplicação das penalidades será considerada as circunstâncias do artigo 160 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

§ Terceiro: A reincidência se caracteriza com a repetição de infração de igual natureza, cometida após a aplicação da sanção anterior, em qualquer contrato firmado com o Tribunal de Justiça, e será apurada no período máximo de cinco anos.

§ Quarto: Os casos de ressarcimento dos prejuízos pela contratada, com a mitigação dos danos resultantes da infração, poderão ensejar a redução da(s) penalidade(s) pelo descumprimento contratual em metade até a instauração do

processo administrativo de apuração da irregularidade e de até ¼ após a instauração até a decisão final.

§ Quinto: A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da contratada (*dies interpellat pro homine*), salvo previsão expressa.

§ Sexto: O cumprimento parcial da parcela em atraso reduzirá proporcionalmente a base de cálculo da penalidade de multa.

§ Sétimo: A sanção de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com as penas de multa.

§ Oitavo: As sanções de multa moratória não serão cumuladas com a pena de multa prevista para o caso de rescisão contratual, quando a rescisão decorrer da própria mora.

§ Nono: As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

§ Décimo: Poderá configurar a inexecução total da obrigação e a aplicação da penalidade prevista no item 6 da tabela abaixo, sem prejuízo de eventual indenização pela contratada derivada de perdas e danos causados a este Tribunal de Justiça (decorrente das infrações cometidas), quando:

a) A execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total;

b) Houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas;

c) O atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos e não houver o interesse da Administração do Tribunal de Justiça em manter a contratação.

d) O descumprimento parcial prejudicar a solução como um todo;

§ Décimo Primeiro: A rescisão do contrato dependerá de análise de oportunidade e conveniência do Tribunal de Justiça.

§ Décimo Segundo: Sem prejuízo das demais penalidades, as de multa serão aplicadas conforme detalhamento constante da tabela abaixo:

	CONDUTA	PENALIDADE
01	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, quando não haja previsão de conduta específica;	<u>Primeira vez:</u> Advertência <u>Segunda vez e seguintes:</u> Multa de 0,1% a 1% do valor do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação, limitado ao máximo de 10% do valor global do contrato;
02	O não cumprimento de cláusulas contratuais, quando não haja previsão de conduta específica; ou O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;	Multa de 0,1% a 2% do valor do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação, limitado ao máximo de 10% do valor global do contrato;
03	O atraso injustificado na prestação do serviço e/ou a paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração, quando não haja previsão de conduta específica;	Multa de 0,1% a 3% do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 10% do valor global (conforme contratação) do contrato, de modo que o atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato, incidindo, nesse caso, unicamente a multa do item 7 desta Tabela.

04	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa; ou Agir de má-fé na relação contratual; ou Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato;	Multa de 0,5% a 10% do valor do contrato.
05	Abandonar a execução do contrato ou incorrer em inexecução total contratual quando não haja previsão de conduta específica; ou Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; ou Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidas na Lei Federal nº 8.158/1991; ou Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei; ou A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato; ou A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;	Multa de 1% a 10% do valor global do contrato.
06	Descumprimento ou inexecução total do contrato/obrigações que gere a rescisão contratual.	Multa de 5% a 20% sobre o valor global do contrato, sem prejuízo de eventual indenização pela contratada, derivada de perdas e danos causados ao Tribunal de Justiça decorrente das infrações cometidas;

§ Décimo Terceiro: Caso a Contratada incorra em uma das condutas elencadas na presente Cláusula, será instaurado procedimento administrativo autônomo para apuração da irregularidade e aplicação de sanções, onde será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observado o disposto nos artigos 161 e 162 da Lei Estadual nº 15.608/07 e o Decreto Judiciário nº 711/11 e alterações posteriores.

§ Décimo Quarto: *As intimações serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, no SISTEMA SEI, nos termos do Decreto nº 711/2011.*

§ Décimo Quinto: Após a regular tramitação do procedimento descrito no caput e, havendo a aplicação da penalidade de multa, a empresa será notificada para o pagamento.

§ Décimo Sexto: Transcorrido o prazo para o pagamento da multa sem o seu adimplemento o Tribunal de Justiça poderá compensar o valor devido com qualquer crédito existente nesta ou em outra contratação.

§ Décimo Sétimo: Qualquer multa ou encargo imputado à contratada, não pago no prazo concedido pela Administração, será inscrito no CADIN Estadual e em Dívida Ativa do Estado e cobrado com base na Lei Federal nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IPC-FIPE ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

§ Décimo Oitavo: As disposições da Cláusula de Penalidades não excluem a responsabilização da contratada por eventuais atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/13 e demais legislações, bem como a responsabilidade de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrente da conduta.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A despesa decorrente da execução do presente contrato ficará à conta da dotação orçamentária do exercício de 2021, estando os valores correspondentes à **execução de serviços de reparos no edifício do Fórum da Comarca de XXXXXXXXXX**, componente da Regional de Ponta Grossa, empenhados através do subelemento, conforme Nota de Empenho nº, emitida pelo Departamento Econômico e Financeiro – DEF em 201__.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: O presente contrato terá vigência a partir de sua formalização até de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do término do prazo de execução dos serviços.

§ Primeiro: O presente instrumento será automaticamente extinto com a lavratura do Termo de Entrega e Recebimento Definitivo e mediante quitação de todos os haveres referentes à Contratação.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Aos casos não expressamente regulados pelo presente contrato, aplicar-se-ão as disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e o Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002), assim como a legislação complementar pertinente.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias eventualmente surgidas durante a execução da obra ou em decorrência do presente contrato.

Este contrato, que terá seu extrato publicado no “**DIÁRIO DA JUSTIÇA**” do Estado do Paraná, só se tornará perfeito e acabado, entrando em vigência, após cumpridas as formalidades legais.

E por estar assim justo e contratado, depois de lido e achado conforme, vai este Termo devidamente assinado pelos representantes das partes inicialmente nomeados, juntamente com duas (02) testemunhas, como adiante se vê.

Xxxxx
Presidente do Tribunal de Justiça

Xxxxx
Empresa

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

ANEXO VIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – nº XX/2020

Aos xxxxxxxx dias do mês de xxxxxxxx do ano de dois mil e xxxxx na sede do Departamento do Patrimônio, localizado na Rua Álvaro Ramos, nº 157, 4º andar, Centro Cívico, Curitiba/PR, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 77.821.841/0001-94, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador _____, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico nº. 35/2021, devidamente homologado às fls. xxx do aludido processo, resolve nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, Decretos Federais nºs 5.450/05, 3.555/00, 3.697/00 e 7.892/2013, Decretos Estaduais nºs 6.252/06, 4.880/01 e 7.303/2021, Decretos Judiciários nºs 29/03 e 189/04, Lei Estadual nº 15.608/07, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014, Instruções Normativas nº 03/2007 e 01/2013 deste Tribunal de Justiça, Lei Federal nº 12.846/2013, Lei Federal nº 8.666/93, e legislação complementar, que regulamentam o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, REGISTRAR OS PREÇOS DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA DE REPAROS, ADEQUAÇÕES E MELHORIAS EM UNIDADES DO PODER JUDICIÁRIO INSTALADAS NAS COMARCAS COMPONENTES DA REGIONAL DE PONTA GROSSA conforme indicado abaixo, em conformidade com as cláusulas e condições que se seguem.

- 1 - PROTOCOLO DE REFERÊNCIA:** nº 0012184-77.2021.8.16.6000
2 - LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 35/2021;
3 - OBJETO: Registro de Preços DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA EM OBRAS DE REPAROS, ADEQUAÇÕES E MELHORIAS EM UNIDADES DO PODER JUDICIÁRIO INSTALADAS NAS COMARCAS COMPONENTES DA REGIONAL DE PONTA GROSSA.
4 - ÓRGÃO GERENCIADOR: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
5 - LOCAL EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: REGIONAL DE PONTA GROSSA.
6 - RESPONSÁVEL PELA REQUISICÃO E FISCALIZAÇÃO: Departamento de Engenharia e Arquitetura;
7 - BENEFICIÁRIO DO REGISTRO: XXXXXXXXXX., CNPJ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na Rua xxxxxxxxx, xxx Bairro – Cidade – Estado – CEP: xx.xxx-xxx – Fone: (xx) xxxx-xxxx – Fax: (xx) xxxx-xxxx – email: xxxxxxxx@xxxxxxxxxx.com.br, neste ato representada pelo Senhor xxxxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade nº. x.xxx.xxx-x e CPF nº. xxx.xxx.xxx-xx.
8 - VALOR MÁXIMO DA ATA: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)
O desconto ofertado, no percentual de XX% (XXXXXX pontos percentuais) incidirá de forma linear sobre todos os itens que compõem a planilha de serviços do edital de Pregão Eletrônico nº 35/2021 quando de cada contratação eventualmente efetivada. A definição do valor total a ser contratado (VC) será resultado da combinação dos itens registrados com as respectivas quantidades e respectivo percentual de BDI, conforme item 21.6 do Edital.
9 – PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Estado, conforme § 1º do art. 10 do Decreto Estadual 7.303/2021.
10 - CONDIÇÕES: Em caso de eventual contratação, essa será regida em conformidade com o edital que regulamentou o certame licitatório.
E por assim estarem justas e de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Curitiba, xx de xxxxxx de xxxx.

Xxxxx
Presidente do Tribunal de Justiça

Xxxxx
Empresa

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Departamento de Engenharia e Arquitetura

ANEXO IX - ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO-DE-OBRA

PARANÁ

VIGÊNCIA A PARTIR DE 10/2020

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A	Total	17,80%	17,80%	37,80%	37,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,93%	Não incide	17,93%	Não incide
B2	Feriados	3,97%	Não incide	3,97%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,88%	0,67%	0,88%	0,67%
B4	13º Salário	10,87%	8,33%	10,87%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,06%	0,07%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,72%	0,56%	0,72%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,81%	Não incide	1,81%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,08%	0,11%	0,08%
B9	Férias Gozadas	9,01%	6,91%	9,01%	6,91%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
B	Total	45,40%	16,64%	45,40%	16,64%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,37%	4,12%	5,37%	4,12%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	0,10%	0,13%	0,10%
C3	Férias Indenizadas	4,22%	3,24%	4,22%	3,24%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,77%	2,90%	3,77%	2,90%
C5	Indenização Adicional	0,45%	0,35%	0,45%	0,35%
C	Total	13,94%	10,71%	13,94%	10,71%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,08%	2,96%	17,16%	6,29%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,45%	0,35%	0,48%	0,37%
D	Total	8,53%	3,31%	17,64%	6,66%
TOTAL(A+B+C+D)		85,67%	48,46%	114,78%	71,81%

ANEXO X - RELAÇÃO DE COMARCAS ABRANGIDAS NA LICITAÇÃO

Regional PONTA GROSSA	
1	Arapoti
2	Castro
3	Imbituva
4	Ipiranga
5	Jaguariaíva
6	Lapa
7	Palmeira
8	Piraí do Sul
9	Ponta Grossa
10	Rebouças
11	Reserva
12	Rio Negro
13	São João do Triunfo
14	São Mateus do Sul
15	Sengés
16	Teixeira Soares
17	Telêmaco Borba
18	Tibagi

ANEXO XI – METODOLOGIA PARA CONCESSÃO DE ADITIVOS -**1. PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM RAZÃO DE CHUVAS**

Caso haja necessidade de prorrogação de prazo em razão de chuvas, a **CONTRATADA** deve apresentar solicitação, pormenorizadamente justificada, juntando laudo pluviométrico, indicando quais serviços sofreram interferência, qual prejuízo de prazo para cada um deles, inclusive apresentando proposta para recuperação do prazo, quando couber.

A análise para concessão de dias adicionais levará em consideração o efetivo prejuízo para andamento dos serviços, considerando o período chuvoso e a etapa de execução da obra. Portanto, o planejamento da obra deverá ser concebido prevendo os períodos de paralisação por ocorrência de chuvas durante o período contratual.

A. ROTEIRO PARA SOLICITAÇÃO E CONCESSÃO DE ADITIVO DE PRAZO DECORRENTE DE CHUVAS EXCEPCIONAIS E PLANEJAMENTO DE PRAZO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

A.1. Caso o volume de precipitação do período for inferior ou igual à Média Histórica Acumulada para o mesmo período, a solicitação de prorrogação de prazo será **NEGADA** de imediato, por não caracterizar chuva excepcional.

A.2. Para solicitação de aditivo a Empresa deverá apresentar os seguintes relatórios emitidos pelos SIMEPAR:

- Precipitação acumulada mensal e anual da Estação Climatológica equivalente, para o período informado.
- Média histórica de Precipitação da Estação Climatológica equivalente.
- Número de Dias com Precipitação Maior ou Igual a 2 mm da Estação Climatológica equivalente, para o período informado.
- Média histórica de Dias com Precipitação Maior ou Igual a 2 mm da Estação Climatológica equivalente.

A.3. Deve-se, inicialmente, utilizar como paradigma a Média Histórica Mensal de Chuva calculado com dados de 1997 a 2012, proporcionais ao período de análise.

A.4. Todos os dados e cálculos efetuados deverão ser considerados com precisão de de 2 (duas) casas decimais.

A.5. Caso o volume de precipitação acumulado, calculado para o período for superior à Média Histórica acumulada para o mesmo período, a solicitação de prorrogação de prazo deverá ser **ACEITA**. Conforme determinado nos itens 1.8 a 1.10.

A.6. Para calcular os dias devidos de prorrogação deve-se utilizar a Média histórica mensal de nº de dias com precipitação superior à 2 mm e a Média histórica mensal de precipitação, acumulados e proporcionais ao período de análise.

A.7. O número de dias de concedidos no aditivo, será igual ao calculado pela fórmula do item 1.9 ou 1.10 prevalecendo aquele que for maior.

A.8. Se o somatório proporcional de dias de chuva (mínimo de 2 mm/dia) para o período da obra for superior ao da média histórica o aditivo de prazo será igual ao número de dias superiores à média histórica acumulada no período.

A.9. Se o somatório de dias de chuva (mínimo de 2 mm/dia) para o período da obra for inferior ao da média histórica acumulada, o aditivo de prazo será igual à diferença da precipitação acumulada no período menos a precipitação histórica acumulada do período correspondente, dividido pela média entre a precipitação acumulada pelo número de dias de chuva no ano (esta médias constam na tabela em anexo).

A.10. Tal entendimento se deve ao fato de que a precipitação acumulada pode ser superior à média em um determinado período sem no entanto implicar em mais dias com chuvas. No entanto com o intuito de não prejudicar a construtora e partindo do princípio que o ambiente mais úmido prejudica a celeridade da obra, considera-se a precipitação acumulada superior à normal como dias efetivos de chuva média.

A.11. Exemplo:

Prazo de execução da obra e objeto de pleito para a solicitação de aditivo de prazo: **12/04/2011 à 26/07/2012 na Comarca de Pato Branco.**

Os dados oficiais que são objetos do pleito são:

- a) Precipitação acumulada de 12/04/2011 à 26/07/2012, conforme documentação do SIMEPAR: 2.423,8 mm (valor fictício para exemplificar);
- b) Número de dias com chuvas maiores que 2 mm de 12/04/2011 à 26/07/2012, conforme documentação do SIMEPAR: 118 dias (valor fictício para exemplificar);

Razão:

$$\frac{\text{Média.Histórica.Anual.de.Chuva(mm)}}{\text{Média.Histórica.Anual.de.nº.de.Dias.com.chuva.maior.que.2mm}} = \frac{1874,80}{91} = 20,60\text{mm / dia.de.chuva}$$

Média histórica mensal de chuva (mm) - Calculados com dados de 1997 a 2012												
Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Precip Histó rica (mm)	173,1	155,9	150,4	176,4	128,2	133,7	122,4	103,5	158,1	257,1	154,4	161,3
nº dias mês	31	28	30	31	30	31	30	31	30	31	30	31
prec/ dia	5,58	5,57	5,01	5,69	4,27	4,31	4,08	3,34	5,27	8,29	5,15	5,20

No mês de abril houve obras durante 19 dias (31-12 = 19);

No mês de julho houve obras durante 26 dias;

Os outros meses foram trabalhados integralmente;

Precipitação acumulada:

abr = 5,69 x 19 = 108,12

mai = 4,27 x 30 = 128,2

jun = 4,31 x 31 = 133,7

jul = 4,08 x 30 = 122,4

ago = 3,34 x 31 = 103,5

set = 5,27 x 30 = 158,1

out = 8,29 x 31 = 257,1

nov = 5,15 x 30 = 154,4

dez = 5,2 x 31 = 161,3

jan = 5,58 x 31 = 173,1

fev = 5,57 x 28 = 155,9

mar = 5,01 x 30 = 150,4

abr = 5,69 x 31 = 176,4

mai = 4,27 x 30 = 128,2

jun = 4,31 x 31 = 133,7

jul = 4,08 x 26 = 106,08

Total (mm) = 2350,6 mm

A conclusão desta análise poderá enquadrar-se em dois casos conforme segue:

Caso I: a precipitação no período de obras for menor do que o calculado historicamente, não haverá concessão de aditivo de prazo, por caracterizar precipitações normais e portanto previsíveis.

Caso II: a precipitação no período de obras for maior do que o calculado historicamente, haverá concessão de aditivo de prazo por caracterizar precipitações acima das normais e, portanto, imprevisíveis. O cálculo de dias será feito de duas formas e será adotado aquela que conceder o maior aditivo.

Média histórica mensal de nº de dias com chuva maior que 2 mm – Calculado com dados de 1997 a 2012												
Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Histórico (dias)	10	9	6	7	6	6	7	6	7	10	8	9
nº dias mês	31	28	30	31	30	31	30	31	30	31	30	31

dias/mês	0,3 2	0,3 2	0,2 0	0,2 3	0,2 0	0,1 9	0,2 3	0,1 9	0,2 3	0,3 2	0,2 7	0,2 9
----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------

$$\text{abr} = 0,23 \times 19 = 4,37$$

$$\text{mai} = 0,2 \times 30 = 6$$

$$\text{jun} = 0,19 \times 31 = 6$$

$$\text{jul} = 0,23 \times 30 = 7$$

$$\text{ago} = 0,19 \times 31 = 6$$

$$\text{set} = 0,23 \times 30 = 7$$

$$\text{out} = 0,32 \times 31 = 10$$

$$\text{nov} = 0,27 \times 30 = 8$$

$$\text{dez} = 0,29 \times 31 = 9$$

$$\text{jan} = 0,32 \times 31 = 10$$

$$\text{fev} = 0,32 \times 28 = 9$$

$$\text{mar} = 0,2 \times 30 = 6$$

$$\text{abr} = 0,23 \times 31 = 7$$

$$\text{mai} = 0,2 \times 30 = 6$$

$$\text{jun} = 0,19 \times 31 = 6$$

$$\text{jul} = 0,23 \times 26 = 5,98$$

$$\text{Total} = 113,35 \text{ dias}$$

Portanto:

Caso II – A:

$$2423,8 - 2350,6 = 73,2 \text{ mm}$$

$$73,2 / 20,6 = 3,66 \text{ dias}$$

Portanto com arredondamento **4 dias**.

Caso II – B:

$$118 - 113,35 = 4,65 \text{ dias}$$

Portanto com arredondamento **5 dias**.

Neste caso adota-se o prazo que for maior. A empresa teria direito a um aditivo de prazo de 5 dias.

2. SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS ADICIONAIS

Para **ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DE SERVIÇOS CONTRATUAIS** serão utilizados os custos unitários constantes na planilha orçamentária de referência, observado o valor do BDI determinado conforme indicado no presente edital e o desconto ofertado pela empresa no procedimento licitatório.

ANEXO XII – MODELOS COMPOSIÇÃO DE BDI

SERVIÇOS DE ENGENHARIA		
TABELA LIMITES PARA BDI - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS		VALORES BDI
Em conformidade com acórdão Nº 2.622/2013 TCU		Com desoneração
AC	Administração Central	3,00%
S+G	Segurança + Garantia	0,80%
R	Risco	0,97%
DF	Despesas Financeiras	0,59%
L	Lucro bruto	7,40%
I	Impostos	10,15%
	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	ISS*	2,00%
	INSS relativo a CPRB	4,50%
TOTAL		25,97%

Fórmula utilizada para o cálculo do BDI, em conformidade com o Acórdão nº 2.622/2013 – TCU

$$BDI = \frac{(1+(AC+S+R+G))*(1+DF)*(1+L)}{(1-I)} - 1$$

FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS		
TABELA LIMITES PARA BDI - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS		VALORES - BDI
Em conformidade com acórdão Nº 2.622/2013 TCU		
AC	Administração Central	1,50%
S+G	Segurança + Garantia	0,30%
R	Risco	0,56%
DF	Despesas Financeiras	0,85%
L	Lucro bruto	3,99%
I	Impostos	3,65%
	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	ISS*	0,00%
	INSS relativo a CPRB	0,00%
TOTAL		11,42%

Fórmula utilizada para o cálculo do BDI, em conformidade com o Acórdão nº 2.622/2013 – TCU

$$BDI = \frac{(1 + (AC + S + R + G)) * (1 + DF) * (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

SERVIÇOS DIFERENCIADOS		
TABELA LIMITES PARA BDI DIFERENCIADO		VALORES BDI
Em conformidade com acórdão Nº 2.622/2013 TCU		
AC	Administração Central	1,50%
S+G	Segurança + Garantia	0,30%
R	Risco	0,56%
DF	Despesas Financeiras	0,85%
L	Lucro bruto	3,99%
I	Impostos	5,65%
	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	ISS*	2,00%
	INSS relativo a CPRB	0,00%
TOTAL		13,78%

Fórmula utilizada para o cálculo do BDI, em conformidade com o Acórdão nº 2.622/2013 – TCU

$$BDI = \frac{(1 + (AC + S + R + G)) * (1 + DF) * (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

ANEXO XIII – PLANILHA COM A RELAÇÃO DE SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS, COM CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA E DEMAIS DOCUMENTOS

- Os elementos técnicos estarão disponíveis para *download* no *site* do Tribunal de Justiça, www.tjpr.jus.br – “Licitações” - “Editais” - “Anexos dos editais” ou através do endereço eletrônico <https://www.tjpr.jus.br/editais>.
- A responsabilidade pela impressão dos elementos técnicos é da empresa licitante.